SANTA CASA
MISERICORDIA
FAFE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023

Índice

Convocatória i

Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe ii

Introdução 1

Setor Social 4

Setor Educativo 14

Setor Saúde – Hospital S. José 27

Demonstrações Financeiras 51

- Síntese de Gastos e Rendimentos 52
- Demonstrações Financeiras 53
  - Balanço 53
  - Demonstração de Resultados por Naturezas 54
  - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 55
  - Demonstração dos Fluxos de Caixa 56
- Anexo em 31 de dezembro de 2022 57
  - Identificação da entidade 57
  - Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras 57
  - Principais políticas contabilísticas 58
    - Bases de demonstração 58
    - Políticas de reconhecimento e mensuração 60
  - Ativos fixos tangíveis 68
  - Bens do património histórico e cultural 69
  - Investimentos financeiros 69
  - Inventários 70
  - Créditos a receber 71
  - Estado e outros Entes Públicos 71
  - Diferimentos 71
  - Outros ativos correntes 72
  - Caixa e depósitos bancários 72
  - Fundos patrimoniais 72
  - Excedentes de revalorização 73

Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais 73
Provisões 73
Financiamentos obtidos 74
Fornecedores 74
Irmãos/membros 74
Outros passivos correntes 74
Vendas e serviços prestados 75
Subsídios, doações e legados à exploração 75
Trabalhos para a própria entidade 75
Fornecimentos e serviços externos 76
Gastos com o pessoal 76
Outros rendimentos 76
Outros gastos 77
Juros e gastos similares suportados 77
Divulgações exigidas por outros diplomas legais 77
Impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas Dem. Fin. 77
Acontecimentos após data de Balanço 78

Convocatória

SANTA CASA
MISERICÓRDIA
FAFE

CONVOCATÓRIA

Em harmonia com o disposto no artigo 23.º do *Compromisso* da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, convido todos(as) os(as) Irmãos(ãs) no pleno gozo dos seus direitos a reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 5 do mês de Abril deste ano de 2024, pelas 21h00, na Sala Polivalente da ERPI Dr. António Marques Mendes, sita na Rua das Cantoneiras, em Quinchães, Fafe.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. ***Leitura, discussão e aprovação da acta da reunião anterior;***
2. ***Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do Exercício do ano de 2023, bem como a apresentação do competente Parecer do Conselho Fiscal;***
3. ***Apreciação de outros assuntos de interesse para a Instituição.***

No caso de, na hora acima indicada, não se encontrar presente a maioria legal, a Assembleia Geral funcionará ao fim de trinta minutos, independentemente do número de Irmãos(ãs) em sala.

Fafe, 18 de Março de 2024.

O Presidente da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe

ASSEMBLEIA-GERAL		
Cargo	**Nome**	**N.º de Irmão**
Presidente	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes	287
Vice-Presidente	Maria das Dores Silva Gonçalves Ribeiro João	762
Secretário	Maria da Conceição Oliveira Costa Castro	1018

MESA ADMINISTRATIVA		
Cargo	**Nome**	**N.º de Irmão**
Provedor	António Pinto Soares Peixoto	72
Efetivo	Isabel Maria Carvalho Araújo	809
Efetivo	José Mário Mendes Pires	1007
Efetivo	Luciano Ribeiro Freitas Correia	281
Efetivo	Luís Miguel Monteiro Barros	995
Suplente	António Jorge da Fonseca Macedo	1000
Suplente	Rosa Maria Teixeira Costa Pinto	837
Suplente	Emília Maria Costa Soares	152

CONSELHO FISCAL		
Cargo	**Nome**	**N.º de Irmão**
Presidente	Jorge Manuel Monteiro Gomes	675
Vice-Presidente	Joaquim Manuel Guimarães Lima	938
Secretário	Maria Adosinda Guimarães Alves Carvalho	1030
Suplente	José Joaquim Silva Dantas	239
Suplente	Augusto Araújo Cunha	98
Suplente	Rosa Maria Sousa Gonçalves Oliveira	1009

Eleitos em Assembleia Geral de 20/05/2022, para o quadriénio 2022/2025

Introdução

Senhor Presidente, Sra. Vice-Presidente e Sra. Secretária da Mesa da Assembleia Geral.
Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e Senhora Secretária do Conselho Fiscal.

Senhores Mesários, Irmãs e Irmãos.

Nos termos legais e estatutários, compete ao Provedor, em nome da Mesa Administrativa, apresentar o relatório das atividades desenvolvidas na instituição e as contas referentes ao ano anterior, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovados na assembleia geral de 8 de novembro de 2022, no sentido da sua aprovação por esta assembleia.

Mais à frente, todas as valências da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, serão alvo de um desenvolvimento mais pormenorizado.

Este documento reflete a nossa preocupação, na qualidade de vida e o bem-estar das crianças, dos jovens e dos utentes mais experientes (os nossos idosos) e da saúde dos mesmos, pessoas mais vulneráveis e desprotegidas da nossa sociedade, a necessitarem constantemente do nosso apoio e ajuda, atenção e carinho.

Apesar de situações pontuais, não previstas nem orçamentadas, tentamos sempre tudo fazer no sentido de dar resposta às mais diversas solicitações que nos são colocadas no dia a dia.

Nesse sentido, alargamos o número de crianças no infantário, apoiamos cada vez mais os jovens deficientes e os utentes, que, são cada vez mais dependentes.

Embora com todas as reconhecidas dificuldades que temos, mas cientes das necessidades e da realidade socioecónomica dos nossos utentes, com custo e sacrifício, vamos tentando dar resposta às mais diversas solicitações, o melhor que nos é possível.

As relações interpessoais dos nossos funcionários e a sua dedicação ao cuidado e bem-estar dos utentes, tem vindo a melhorar e a perder alguns dos maus hábitos adquiridos, essencialmente no período da pandemia, o que é digno do nosso reconhecimento.

Procurou-se ter uma gestão cuidada e criteriosa, reparar o que ainda justificava, comprar o indispensável, fazer contratos de manutenção e novos contratos de assistência, sempre com o intuito e no sentido da estabilidade financeira da Santa Casa da Misericórdia de Fafe.

A incerteza do mercado e a constante alteração dos preços, de bens alimentares e bens essenciais à prossecução da missão da instituição, tornaram o nosso trabalho difícil e cada vez mais exigente.

Por outro lado, o apoio estatal, essencialmente da Segurança Social, não foi equiparado ou equilibrado com os aumentos gerais verificados no nível de vida da população, o que torna as dificuldades acrescidas.

Tentamos sensibilizar todos os envolvidos, direta ou indiretamente ligados à Instituição, para:

- Que a situação económica e financeira seja sempre sustentável;

- Que cada um, por si e em grupo, tenha como objetivo a redução dos custos;

- Dar formação necessária para que cada um se sinta capaz de desempenhar cada vez melhor a sua função;

- Sem abdicar das condições de conforto e valorização do ser humano, procurar racionalizar a gestão dos recursos;

- Procurar sempre, a melhoria das condições das infraestruturas;

O Hospital de São José (HSJ) Fafe foi encontrado no fundo do abismo. Temos tido muito trabalho, muita dedicação, muito empenho e muitas dificuldades para conseguir que seja virado no sentido da evolução, para que o HSJ Fafe se torne uma unidade de saúde de referência local, como em tempos idos assim foi considerado.

Na Educação, após as obras no Infantário da Rua Montenegro, apoiadas pelo Fundo Rainha D. Leonor e a Câmara Municipal de Fafe, que desde já agradecemos o apoio, aumentou o número de utentes e originou novos acordos, o que é uma mais valia para a Instituição e para o concelho.

Os Refugiados, pese embora todos os processos de apoio elaborados e desenvolvidos, ainda na gestão anterior, nenhum foi aprovado, pelo que a Santa Casa da Misericórdia teve que aguentar e suportar todas as despesas inerentes aos mesmos, sem qualquer apoio. Finalmente partiram em vésperas de Natal.

Pese embora todas as dificuldades e constrangimentos com que nos deparamos, o Plano de Atividades foi cumprido no essencial, quer seja nos Infantários, no Apoio Domiciliário a Deficientes, Apoio Domiciliário a Idosos, ERPI´S, Centro de Dia, Cantina Social e na Saúde (Hospital de SJ Fafe).

Os números envolvidos na gestão da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, no ano de 2023, vão ser alvo de destaque mais adiante, nas contas a apresentar, mas em jeito de adiantamento, posso informar que estamos no bom caminho, pois já conseguimos apresentar resultados positivos.

Aproveito a oportunidade para agradecer a dedicação, o trabalho e o empenho, a todos os que têm contribuído para que a gestão desta Santa Casa esteja no bom caminho.

O nosso trabalho vai continuar, sempre no sentido de dignificar a grande instituição que é a Santa Casa da Misericórdia de Fafe.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

SANTA CASA
MISERICÓRDIA
FAFE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SETOR SOCIAL

ERPI's

- CÓNEGO LEITE DE ARAÚJO
- SANTO ANTÓNIO
- DR. ANTÓNIO MARQUES MENDES
- JOAQUINA LEITE LAGE

- CENTRO DE DIA
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO A IDOSOS
- LAR RESIDENCIAL
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO A DEFICIENTES

Ano 2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

Introdução

A elaboração do relatório anual tem por objetivo a demonstração e avaliação das atividades de Animação Sociocultural desenvolvidas ao longo do ano, sintetizando os aspetos mais relevantes.

As atividades de animação decorridas foram realizadas tendo por base o Plano de Atividades previamente elaborado assente nas datas festivas propostas mensalmente pela Santa Casa da Misericórdia de Fafe.

Os principais objetivos visam prevenir e retardar as incapacidades de forma a melhorar as condições de vida dos utentes, considerando que o utente tenha a consciencialização do seu contributo no desenvolvimento das atividades propostas; melhorar o relacionamento interpessoal entre os vários grupos que compõe a Instituição; melhorar a divulgação externa da vida institucional e o envolvimento com a comunidade.

A avaliação das atividades de caráter contínuo baseia-se em registos diários preenchidos após cada atividade com informação sobre os participantes que beneficiaram e o seu nível de participação. O objetivo da avaliação assenta na medição da eficiência e a eficácia do plano proposto, quer ao nível do utente, quer ao nível da Organização. Por conseguinte, a avaliação deverá permitir medir se os objetivos definidos por atividade sociocultural foram alcançados; se o grau de adequação dos objetivos de cada atividade ocupacional e de desenvolvimento pessoal vai de encontro às expectativas e interesses dos clientes e qual a sua satisfação com a realização da atividade; e a adequação dos recursos utilizados e dos custos envolvido na realização do Plano.

No presente relatório são aglomeradas todas as atividades propostas e realizadasde forma a verificar, através dos diversos indicadores, os objetivos cumpridos e consequente eficácia do plano estratégico em 2023.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

Atividades Realizadas

✓ Janeiro

Dia de Reis

✓ Fevereiro

Dia Nutella

Dia dos Namorados/Amizade

Carnaval

✓ <u>Março</u>

Dia do Elogio

Dia da Oração

Dia Internacional da Mulher

Dia de S. José (Dia do Pai)

Dia Mundial da Poesia

Dia Mundial da Árvore

Dia Mundial da Água

✓ <u>Abril</u>

Domingo de Ramos

Dia Mundial da Atividade Física

Páscoa

Dia da Liberdade | Dia 25 de Abril

Dia Mundial da Dança

✓ Maio

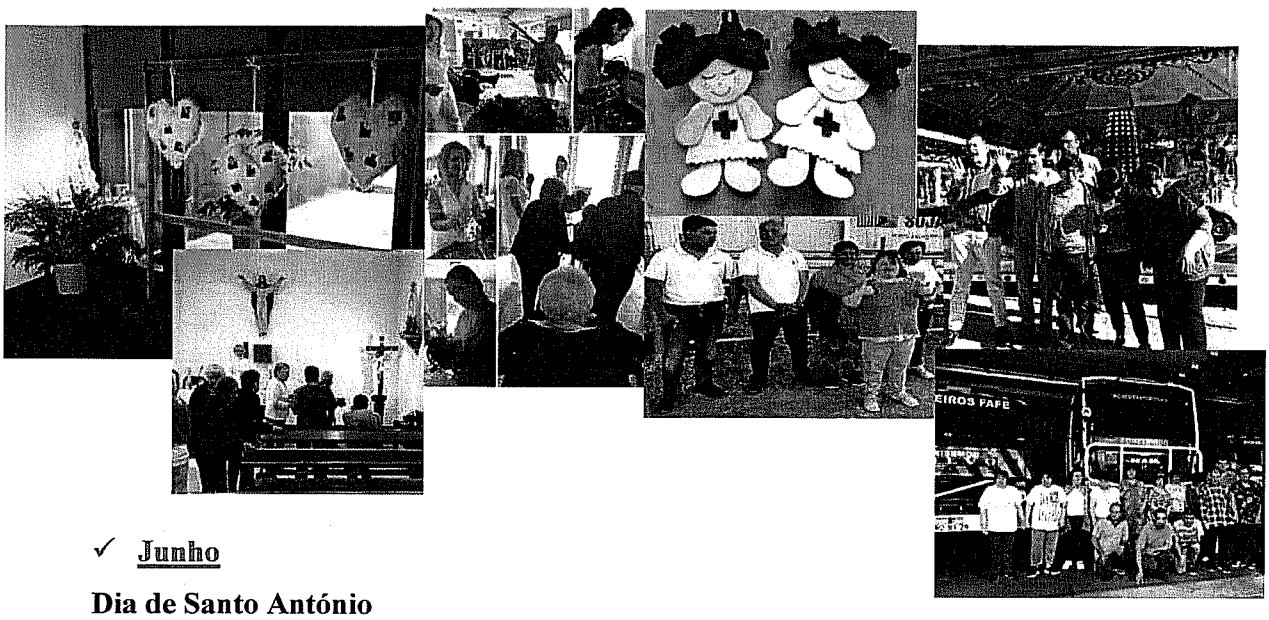
Dia Internacional do Bombeiro

Dia da Mãe

Dia Internacional do Enfermeiro

Comemorações de Fátima

Feiras Francas



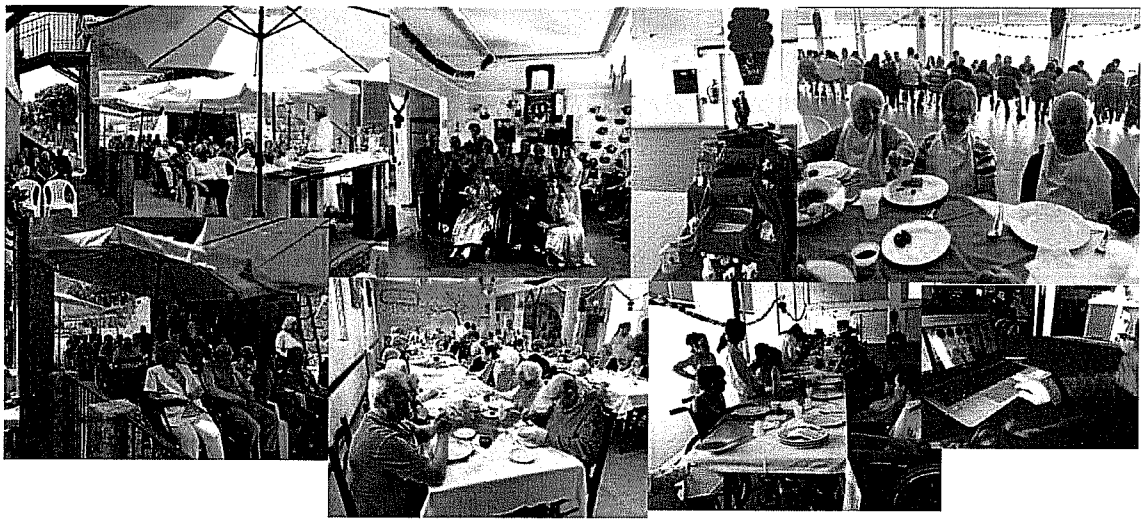
✓ Junho

Dia de Santo António

Dia de São João

Dia de São Pedro

Dia Mundial das Redes Sociais



✓ <u>Julho</u>

Dia Mundial da Pizza

Festas da Cidade

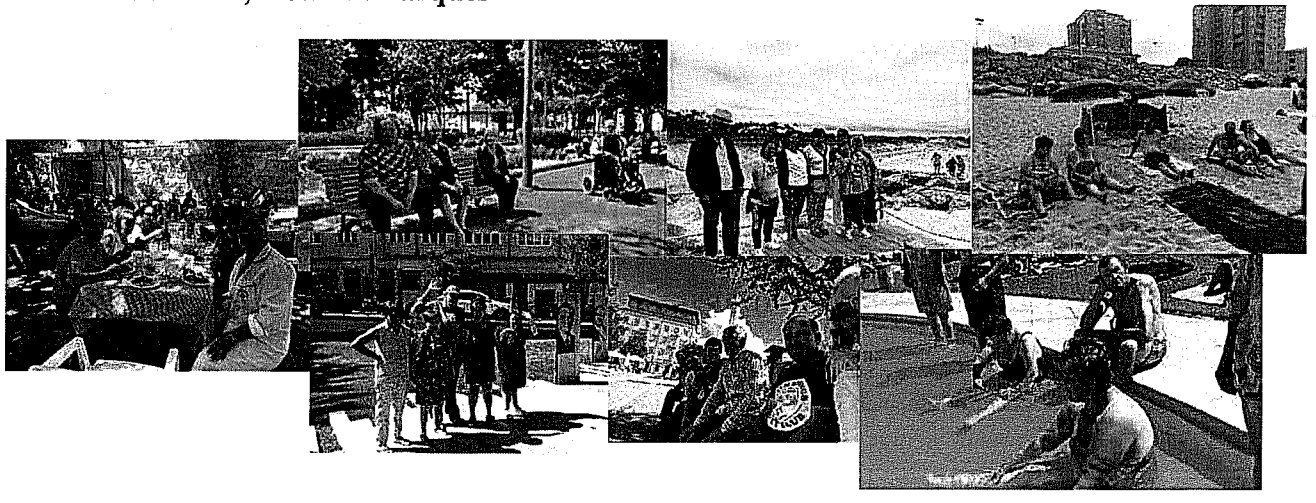
Dia do Amigo

Dia dos Avós

✓ <u>Agosto</u>

Piquenique de Verão

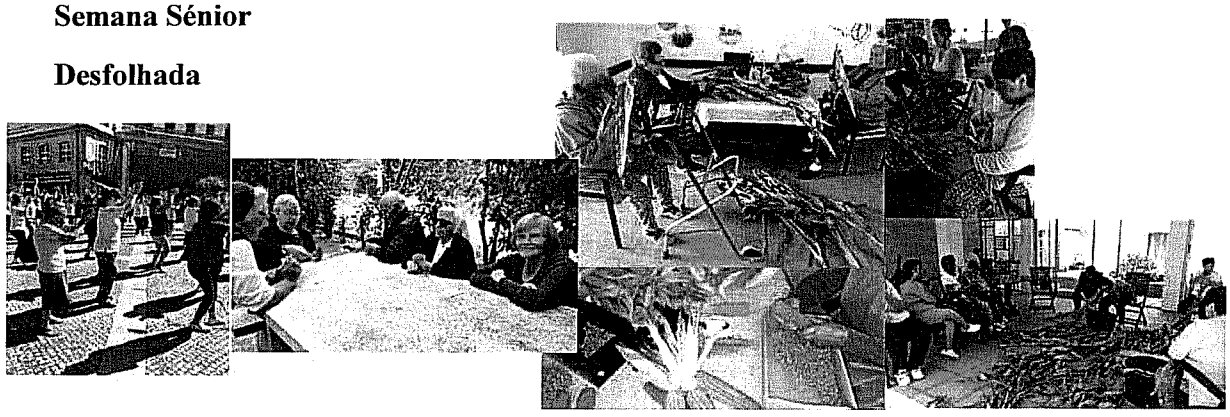
Idas à Praia, Piscina e Parques



✓ Setembro

Semana Sénior

Desfolhada



✓ Outubro

Dia internacional do Idosa | Ida à Malafaia

Vindimas

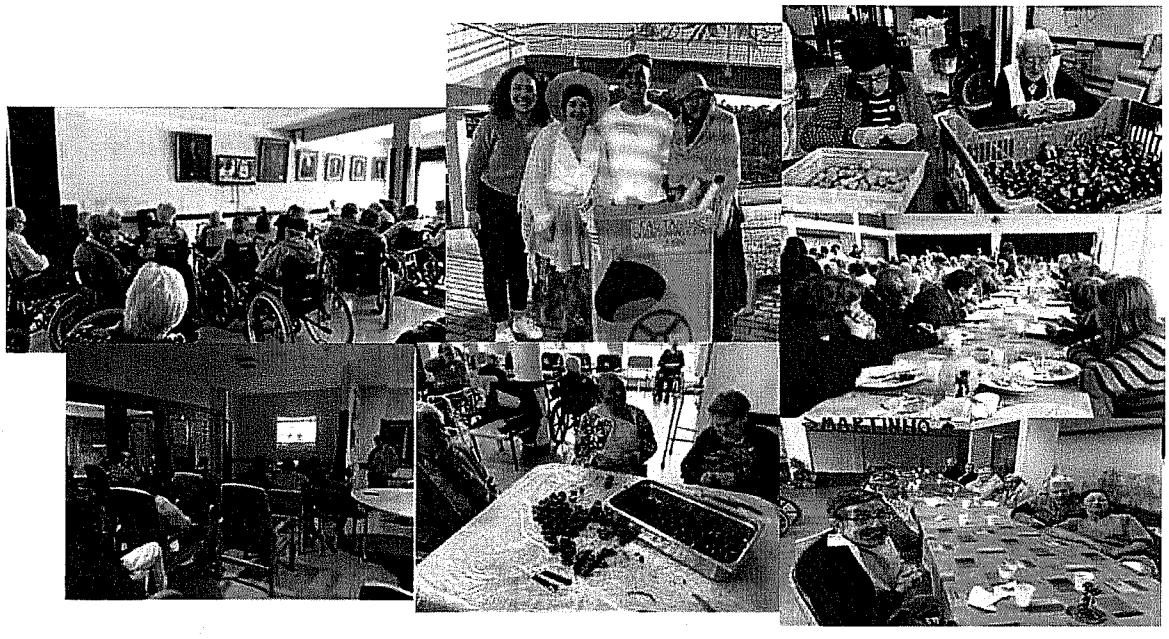
Cruzeiro no Douro

Halloween

✓ **Novembro**

Dia Mundial do Cinema

Dia de São Martinho



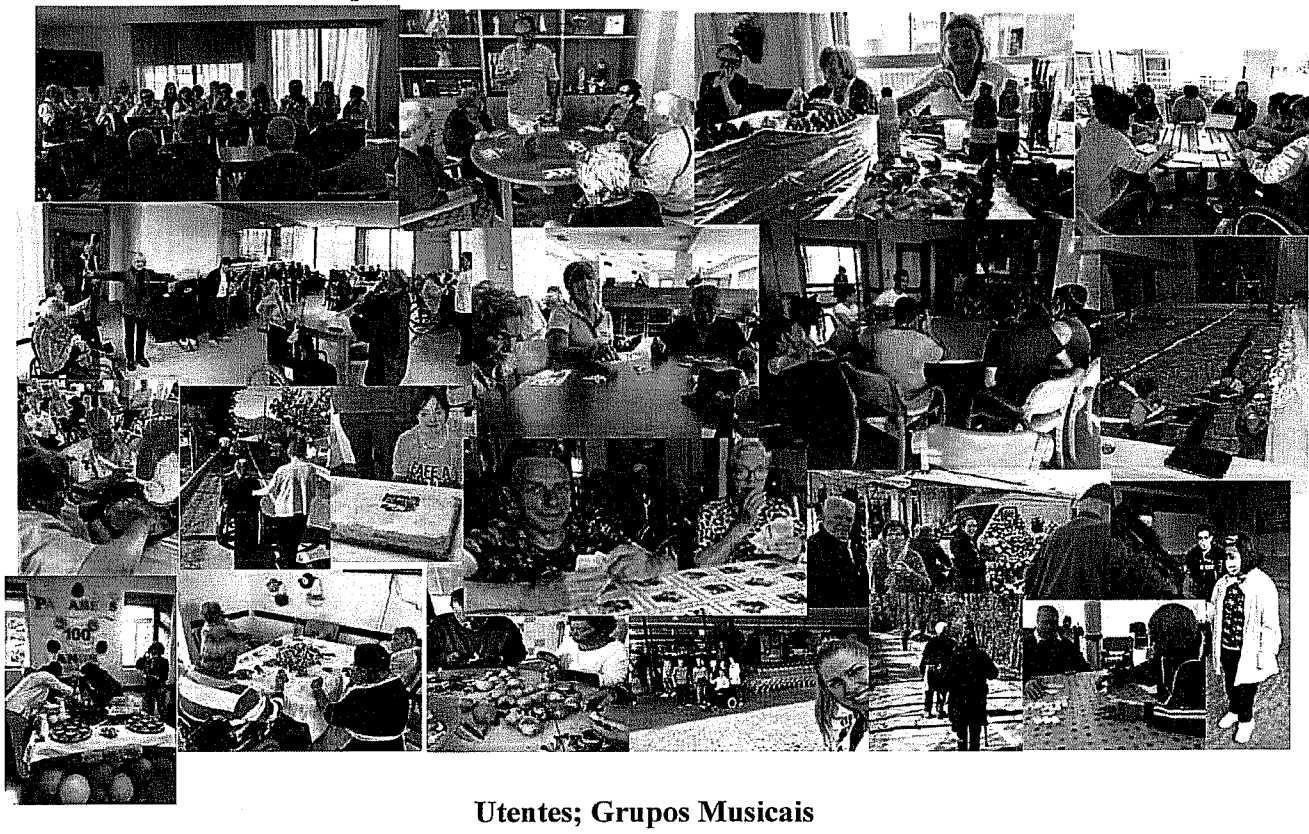
✓ **Dezembro**

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Natal

✓ <u>Outras Atividades Diversas</u>

Musicoterapia; Ginástica Semanal; Natação; Equitação; Passeios na Ecopista; Atividades de Leitura; Trabalhos Manuais; Atividades Culinárias; Feira Semanal; Idas ao Hipermercado; Comemoração Mensal dos Aniversários dos



Utentes; Grupos Musicais

Conclusão

É fundamental acompanhar o desenvolvimento das atividades de forma organizada e planeada, proporcionando aos nossos utentes um envelhecimento feliz e ativo nas várias dimensões da sua vida: psicológico, físico, social e familiar.

Assim, a equipa de profissionais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe trabalha todos os dias no sentido do respeito e promoção da dignidade de cada utente, contribuindo para o seu próprio desenvolvimento, dando-lhe mais satisfação e participação ativa.

Com os novos fenómenos de envelhecimento, e com recurso a este plano, acreditamos que prevenir o envelhecimento cognitivo e intelectual, desenvolver e estimular a motricidade dos utentes levará ao seu equilíbrio socio-emocional.

Contudo, concluímos que existe a necessidade de: melhorar o planeamento, proporcionando atividades mais aliciantes e direcionadas a grupos homogéneos para, deste modo, ir ao encontro das suas capacidades (menos quantidade e mais qualidade); trabalhar a mobilidade, habilidades sociais e motivação; manter uma equipa de trabalho estável e motivada para um maior sucesso na concretização das atividades.

Saber colocar-se no lugar do idoso, perceber as suas fragilidades, apoiá-lo no que for necessário, transmitir carinho e afeto é a nossa principal missão.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

SANTA CASA
MISERICÓRDIA
FAFE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SETOR EDUCATIVO

CRECHE

ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

SALÃO DE ESTUDO

Ano 2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por base os Planos Anuais de Atividades dos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 pela temática "Todos os caminhos vão dar à floresta - brincar, descobrir e aprender na Natureza", dos Estabelecimentos Educativos da Santa Casa da Misericórdia de Fafe. Visa compilar num documento único a apreciação feita em torno do desenvolvimento das atividades realizadas nas Creches, nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, Centros de Atividades de Tempos Livres e Salão de Estudo.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

O corpo docente define as atividades com base nos objetivos do projeto e nos interesses e propostas das crianças e das suas famílias. Estas atividades exigiram uma planificação estruturada feita em conjunto pela comunidade escolar, procurando-se assim incluir na sua participação não só as crianças e o pessoal auxiliar de ação educativa, mas também, sempre que possível, os pais/encarregados de educação, assistentes operacionais, as outras valências da instituição, a autarquia e outros parceiros.

JANEIRO

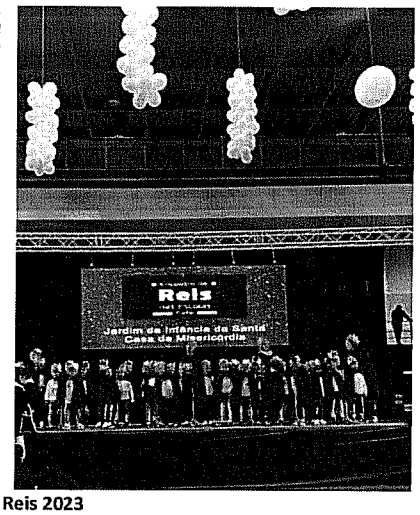
1. Cantar dos Reis à comunidade (participação no encontro de Reis das Escolas e visita aos Lares da Instituição);
2. Tertúlia & Showcooking - "Hábitos de alimentação saudável na infância" (com averiguação prévia de dúvidas concretas das famílias.

O mês de janeiro, marcado pelo início do ano civil e pelo término das celebrações relacionadas com a época natalícia, teve como primeira atividade programada o "Cantar dos Reis à Comunidade". Neste sentido, por convite da Câmara Municipal e em conjunto

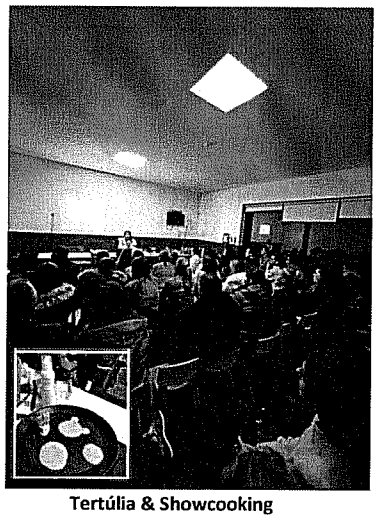
com outras escolas do município desenrolou-se a atividade "Encontro de Reis das Escolas de Fafe", no Pavilhão Multiusos, um espetáculo com cerca de 1800 crianças das escolas e jardins de infância do concelho, realizada com o propósito de preservar a tradição das reisadas junto dos mais novos.

Ainda no contexto desta celebração realizou-se uma visita aos Lares da Instituição para que as crianças finalistas da educação pré-escolar pudessem também cantar os reis aos utentes desta resposta e à Mesa Administrativa.

A dinamização da Tertúlia & Showcooking - "Hábitos de alimentação saudável na infância" foi realizada com a parceria da nutricionista da instituição e teve como principais objetivos contribuir para a participação das famílias no processo educativo das crianças e contribuir para a criação/correção de hábitos alimentares adequados para a saúde e desmistificado eventuais mitos. A atividade teve bastante adesão em ambos os estabelecimentos educativos e considera-se ter permitido alcançar os objetivos propostos.



Encontro de Reis 2023



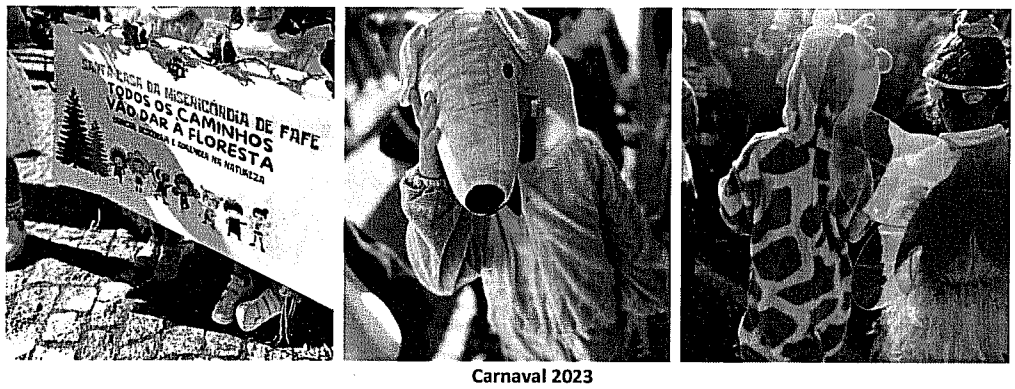
Tertúlia & Showcooking

FEVEREIRO

1. Carnaval (participação no desfile de Carnaval do Município, com escolha livre do fato com a colaboração das famílias e com inspiração na Natureza).

No mês de fevereiro, assinalou-se o Carnaval com uma festa divertida em cada um dos estabelecimentos educativos e com a participação no desfile de Carnaval do Município por parte das crianças da educação pré-escolar.

Considerando-se a indicação tardia por parte do município para a realização desta atividade, o conselho de docentes optou por sugerir a escolha livre do fato, com a colaboração das famílias e com inspiração na Natureza, temática valorizada pelo projeto educativo em vigor. A avaliação desta atividade foi bastante positiva, apesar de se ter sentido que não houve o impacto habitual na comunidade, devido à ausência dos habituais fatos originais da misericórdia. Contudo, considerando os atuais princípios e pressupostos educativos, que valorizam a autonomia e escuta ativa da criança, considera-se que foi uma decisão construtiva e condizente com as orientações pedagógicas atuais. A vontade das crianças foi escutada e as mesmas puderam escolher o seu próprio disfarce, participando na sua execução, o que proporcionou momentos de verdadeira aprendizagem e significado. As crianças desfilaram disfarçadas de acordo com a sua própria escolha e deram brilho e colorido às ruas da cidade com muitos sorrisos, alegria e muita animação.

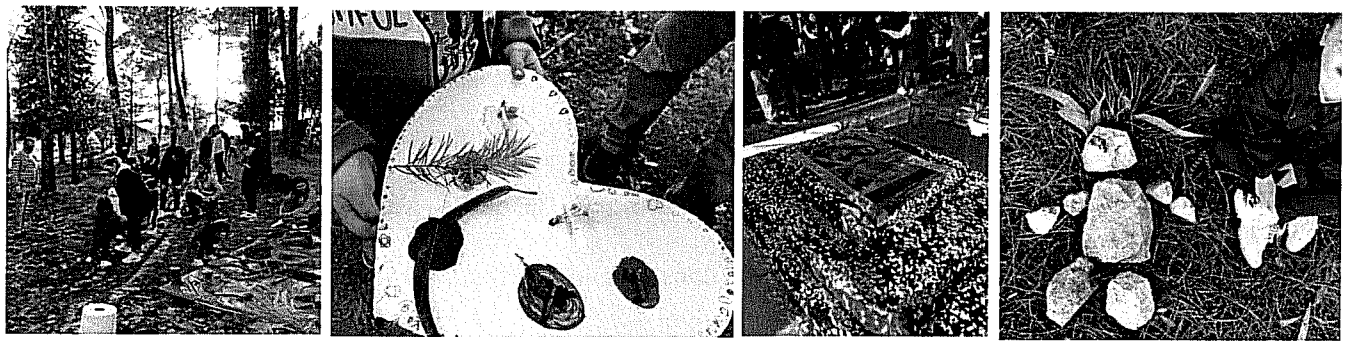


Carnaval 2023

MARÇO

1. Celebração do dia do pai.

No âmbito da celebração do dia do pai programou-se para este mês um encontro no Parque de S. Jorge (a chamada "floresta", onde semanalmente as crianças têm atividades ao ar livre). Procurou-se com esta atividade fomentar a participação das famílias nas atividades escolares e ser-lhes apresentado este espaço pelas próprias crianças, com partilhas do que lá costumam fazer, tendo-se presenciado uma grande adesão. Foi visível a alegria das crianças e dos pais nas diversas situações de jogo e brincadeira.



Dia do Pai - Parque de S. Jorge

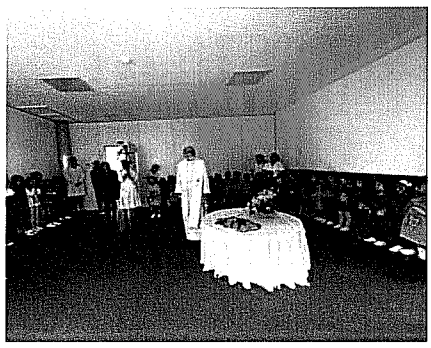
ABRIL

1. Celebração da Páscoa: visita Pascal
2. Atividades de prevenção dos maus tratos na infância (colaboração com a CPCJ)

O mês de abril foi marcado pela celebração da Páscoa. Entender o significado desta celebração foi o primeiro passo do trabalho realizado com as crianças. Realizou-se assim a Visita Pascal, permitindo às crianças conhecerem e valorizarem a sua identidade social e cultural.

Também no mês de abril, as crianças foram convidadas pela CPCJ de Fafe a dar

uma nova vida aos jerseys do parque da feira velha, pintando-os de azul, amarelo e roxo, cores que representam a campanha de prevenção dos maus tratos na infância.



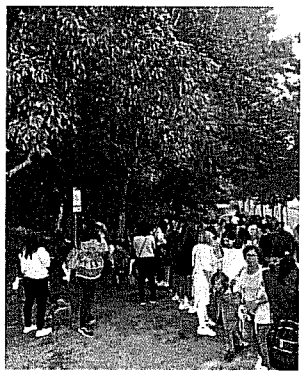
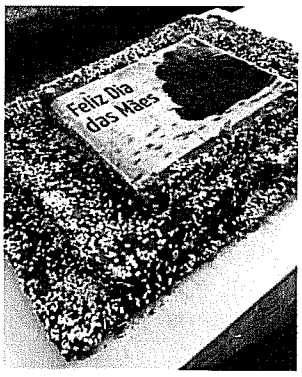
Celebração da Páscoa 2023| Campanha Prevenção CPCJ

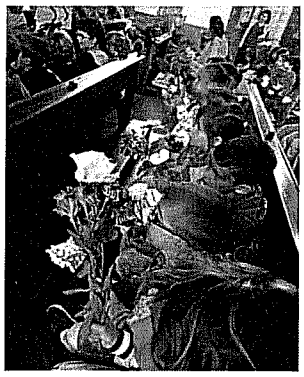
MAIO

1. Celebração do dia da mãe
2. Entrega de Flor a Nossa Senhora

Na sequência das opções tomadas para a celebração do dia do pai, celebrou-se o dia da Mãe também com um encontro no Parque de S. Jorge. As mães foram convidadas a participar, presencialmente, num momento de atividades diversas e convívio. Foi uma iniciativa muito bem-recebida pelas mães que reconheceram a importância dos pressupostos educativos desta atividade.

Para assinalar o dia 13 de maio, cada criança trouxe uma flor que foi levada e oferecida a Nossa Senhora, na igreja Nova.



Celebração do dia da Mãe| Entrega de Flor a N.ª Senhora

JUNHO

1. Celebração do Dia da Criança;
2. Atividades de preparação para a transição escolar;
3. Festas de Finalistas;
4. Festa de encerramento das atividades educativas.

O mês de junho iniciou-se com os festejos do Dia da Criança. O Parque da Cidade de Fafe recebeu na manhã de dia 02/06 o "Circo da Paródia" que animou as mais de 2000 crianças que por lá passaram. Apesar se terem sentido alguns constrangimentos relacionados com a organização do evento, considerou-se que os festejos correram dentro do esperado. Após esta atividade, cada estabelecimento educativo proporcionou ainda, durante a tarde, uma festa dedicada às crianças que se demonstraram felizes e participativas num dia de muita festa e alegria.

Também no mês de junho, iniciou-se o planeamento das transições escolares e foram agendadas visitas às escolas do 1.º ciclo que receberão em setembro as crianças finalistas do pré-escolar.

Ainda no final deste mês foram realizadas as festas dos finalistas, em cada um dos estabelecimentos educativos e a festa de encerramento das atividades educativas, momento muito esperando após um interregno de três anos, devido à COVID-19. Aproveitando-se esta interrupção na realização desta atividade, foi decidido pela equipa educativa experimentar uma modalidade de festa distinta do habitual, mais condizente com os princípios educativos atuais e mais respeitadora, na nossa ótica, da infância e das expectativas das crianças. Neste contexto, foram incluídas todas as crianças da creche e pré-escolar, mas as apresentações artísticas para os pais foram significativamente reduzidas e programaram-se atividades dedicadas às crianças, com insufláveis, pinturas

faciais, trampolins, piscinas de bolas, mascotes, pipocas, música e muita diversão e diversão. Relativamente ao Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) e Salão de Estudo tiveram festas e convívios individuais em cada um dos estabelecimentos. Considerou-se que estas opções foram um sucesso, sendo a festa fortemente elogiada pelos encarregados de educação e comunidade em geral, sendo que as intenções serão de continuidade deste modelo.

Celebração do Dia da Criança | Festas de Finalistas | Festa de encerramento das atividades educativas | Convívio de Final de ano

JULHO

1. Passeios de final de ano

2. Atividades de Verão - CATL e Salão de Estudo

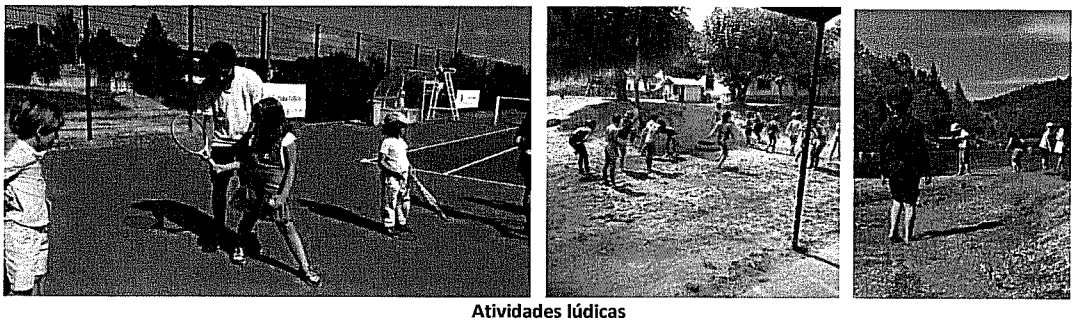
No mês de julho realizaram-se os habituais passeios de final de ano, com o objetivo de desenvolver o espírito de observação e de investigação, aprofundando conhecimentos e experienciando novas situações, bem como proporcionar momentos de diversão e convívio.

Também neste mês, foram programadas saídas com atividades de verão pensadas para as férias escolares das crianças do CATL e Salão de Estudo.

AGOSTO

1. Atividades lúdicas.

Terminadas as atividades educativas do projeto curricular, o mês de agosto caracterizou-se essencialmente pela realização de atividades de caráter lúdico, nomeadamente atividades no exterior, jogos diversos, brincadeiras no parque, jogos de água e areia, entre outros.

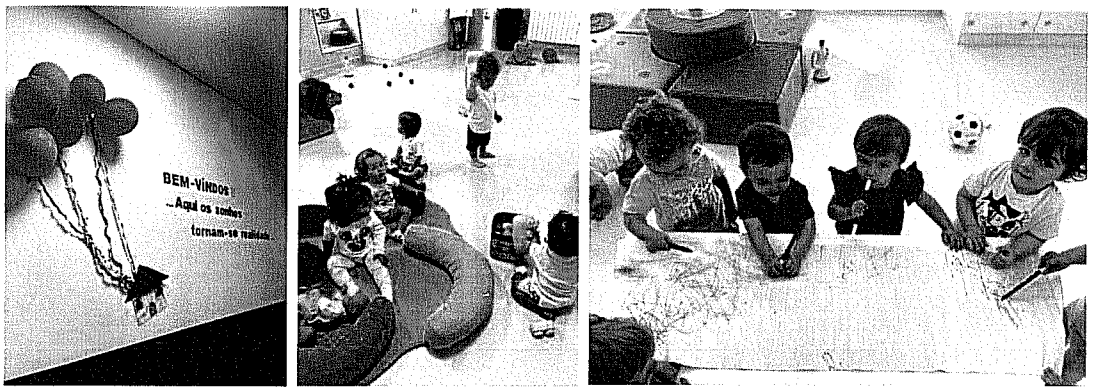


Atividades lúdicas

SETEMBRO (Novo Ano Letivo 2023/2024)

1. Atividades lúdicas de adaptação (acolhimento das crianças).

O mês de setembro foi, essencialmente, dedicado à adaptação das crianças às novas salas e novos colegas, aproveitando-se as rotinas do dia-a-dia, para com um olhar atento, percecionar as fases de desenvolvimento de cada criança, com o intuito de recolher através de um processo de escuta ativa, informações relevantes para se desenhar, mais à frente, o projeto pedagógico/curricular de cada grupo.



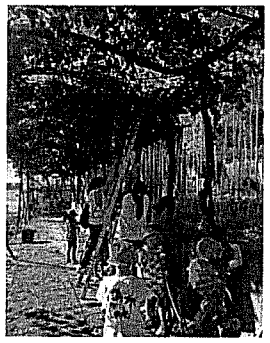
Atividades lúdicas de adaptação

OUTUBRO

1. Sensibilização para o tema do projeto educativo
2. Vindimas.

O mês de outubro destacou-se pela sensibilização para o tema do projeto educativo 2023/2024 ("Todos os caminhos vão dar à floresta"), este ano com enfoque na valorização da arte com forma de expressão. Estando conscientes de que o jardim de infância se deve assumir como um local promotor de um ambiente educativo ativo e em que contacto com a natureza seja valorizado, pretende-se que este projeto incentive momentos de contacto da criança com a natureza não só para que esta aprenda algo sobre o meio ambiente, mas para que viva de facto a Natureza com as suas infinitas potencialidades manifestando as diversas aprendizagens por meio de todas as suas variadas .

Neste contexto, deu-se continuidade a esta sensibilização através do planeamento da primeira atividade externa do plano anual de atividades deste ano letivo, com uma saída ao Lar 2, uma atividade intergeracional dedicada às vindimas. Esta atividade teve a participação dos dois jardins de infância e foi convidado o "grupo musical" dos reformados de Fafe (ARPI), que trouxe alegria à atividade. Foi um momento descontraído, alegre, pleno de sabores, odores e texturas.



Vindimas

NOVEMBRO

1. Celebração do dia de S. Martinho (Magusto);
2. Feira de outono;
3. Exercício a Terra Treme.

No mês de novembro, realizou-se a atividade do magusto, com a tradicional fogueira no JI 1, e com a realização de um mural em carvão em ambos os estabelecimentos educativos, com outras festividades no interior dos estabelecimentos educativos devido ao mau tempo.

Também no mês de novembro foi realizada uma feira de outono, com produtos elaborados com a participação das crianças através de materiais coletados na floresta, estando expostas coroas decorativas, arranjos de mesa, porta-chaves, marcadores de livro, entre outros.

Realizou-se ainda um exercício promovido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – "Terra Treme", que procura chamar a atenção para o risco sísmico e para a importância de comportamentos simples que os cidadãos devem adotar em caso de sismo, mas que podem salvar vidas. Teve a duração de apenas 1 minuto, e a intenção foi a de que durante este tempo as crianças realizassem os 3 gestos que salvam: BAIXAR, PROTEGER E AGUARDAR. Considera-se que foi um exercício relevante para alertar e sensibilizar a comunidade escolar sobre como agir antes, durante e depois da ocorrência de um sismo.

Magusto | Feira de Outono| Exercício a Terra Treme

DEZEMBRO

1. Decoração natalícia dos estabelecimentos educativos com participação das famílias e ateliers de expressão artística;
2. Almoço típico de Natal;
3. Espetáculo "Circo Mágico de Natal" - atividade do município.

As atividades realizadas no mês de dezembro prenderam-se essencialmente com a celebração e vivência do espírito natalício, tendo sido decorado o ambiente escolar com materiais efetuados pelas crianças em ateliers de expressão artística (ex: atelier do barro; atelier da palha).

Realizaram-se ainda atividades de cariz cultural, nomeadamente, participação no espetáculo de Natal para as escolas "Circo Mágico de Natal", organizada pelo Município.

Houve ainda o típico almoço de Natal, com presença do Pai Natal que trouxe presentes para todas as salas do setor educativo.

Considera-se que as atividades realizadas decorreram de acordo com o previsto, tendo sido notório o entusiasmo e alegria das crianças.

Ateliers de decoração natalícia | Almoço de Natal | Espetáculo de Natal do Município

CUMPRIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Verifica-se que as atividades realizadas contribuíram para atingir os objetivos estabelecidos no Projeto Educativo e no Plano Anual de Atividades, promovendo, de uma maneira geral, o sucesso educativo. A equipe pedagógica priorizou a criação de ambientes propícios para que todas as crianças pudessem envolver-se de maneira lúdica, estruturada e intencional, proporcionando experiências facilitadoras de aprendizagens significativas.

Considera-se que a intervenção programada ajudou a desenvolver nas crianças, de uma maneira geral, a capacidade de questionar, refletir, discutir pontos de vista e tomarem consciência da possibilidade de, individualmente, agirem sobre o mundo, deixando a sua marca na humanidade de forma respeitadora e consciente.

Em suma, o cumprimento e a análise das atividades propostas no plano anual de atividades demonstram um compromisso sólido com o desenvolvimento integral das crianças, bem como uma abordagem pedagógica de qualidade.

SANTA CASA
MISERICÓRDIA
FAFE

HOSPITAL SÃO JOSÉ
SCM - FAFE

MOVIMENTO ASSISTENCIAL

2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe
NIPC:501 403 256 – Estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II

1.3 Saúde

O ano de 2023 foi um ano de franca recuperação, traduzida por um crescente número de atendimentos tendo sido atingidos valores máximos quando avaliados os 9 anos de gestão do Hospital pela Santa Casa da Misericórdia de Fafe (SCMF).

Continuando esta Santa Casa a honrar o Acordo de Cooperação celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte) em 2014 e que teve início a 1 de janeiro de 2015, com o aproximar do termo deste Acordo de Cooperação previsto para 31 dezembro de 2024, alguma preocupação está subjacente à ainda indefinição do início do processo negocial com a tutela para a sua renovação, já que com a extinção da ARS Norte se presume ser a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) o futuro interlocutor.

Esperamos que particular importância venha a ter, nos anos futuros, a recém-criada Unidade Local de Saúde do Alto Ave (ULS Alto Ave) com a qual foi assinado um Memorando de Entendimento, pelo Sr. Provedor da SCMF, e pelo qual se aguarda que o processo negocial de partilha de sinergismos, a ter início neste primeiro semestre de 2024, possa vir a beneficiar a população abrangida por esta ULS e seja uma mais valia para o Hospital e para a SCMF.

Ao longo do ano 2023 apesar de se ter insistido na necessidade de alargamento a outras áreas de prestação de serviços no âmbito das Seguradoras, Subsistemas de Saúde e Privados nas áreas de Consultas, Cirurgias e de Internamento tendo por base também a oferta de outras Especialidades Médicas e Cirúrgicas, pouca repercussão se fez sentir no decorrer do ano, com exceção dos Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento (MCDT) que tiveram um desenvolvimento significativo. Para esse resultado negativo terá contribuído a praticamente inexistência duma política sustentada de divulgação interna e externa da oferta de serviços que o HSJF disponibiliza, que urge ser desenvolvida a par

de uma melhoria programável das instalações e dos equipamentos de apoio.

Continua a contar o HSJF com serviços de "excelência" que honram a instituição pela continuação da prestação de reconhecidos serviços clínicos de qualidade como os da Unidade de Convalescença e Internamento, do Serviço de Urgência Básica, Serviço da Consulta Externa, da Unidade de Cirurgia de Ambulatório e Bloco Operatório, do Serviço de Medicina Física e Reabilitação e da Unidade de Gastrenterologia, todos eles dando uma importante contribuição para uma melhoria dos cuidados curativos, de recuperação e preventivos da população e uma valorização do Hospital.

Por razões alheias à SCMF a ampliação, reestruturação e transformação do Serviço de Imagiologia prevista para o ano 2023 e que se continua a considerar como extremamente importante, ainda não foi concretizada.

Mas este Serviço de Imagiologia, com atividade contratualizada com o SNS, associado aos serviços prestados pelo Laboratório de Patologia Clínica da UNILABS e pelos exames de Eletrocardiografia e Eletromiografia, não contratualizados, contribuem com um papel importante no atendimento e no diagnóstico dos doentes que recorrem aos serviços do Hospital.

Para os resultados que a seguir são apresentados, tem contribuído o empenho dos profissionais dos Serviços e Departamentos Clínicos, Administrativos e Gerais, sem exceção, e a permanente atenção do Órgão de Gestão na necessidade de, passo a passo e continuamente, corrigir procedimentos de gestão a todos os níveis, dos recursos humanos, clínicos e administrativos.

Sendo os recursos humanos um setor enormemente importante numa organização, ainda muito necessita de ser corrigido.

Uma criteriosa seleção de novos colaboradores a admitir em função das necessidades, uma preocupação em reter os mais qualificados através duma garantia de reconhecimento

do mérito e sua alocação aos locais onde melhor se possam realizar e motivar, apostar numa fundamentada programação de ações de formação de todos os profissionais e num tratamento equitativo de todos da mesma área profissional, tudo irá contribuir para uma melhor qualidade dos serviços, um aumento da produtividade e consequente melhoria dos resultados finais.

Uma política nomeação de responsáveis e de respeito pelas hierarquias deve ser fomentada no Hospital no pressuposto de que esse respeito deve estar assente no reconhecimento de que os responsáveis nomeados superiormente estando, por "obrigação", abertos a sugestões de todos os que sobre ele estão obrigados a responder, devem fomentar uma comunicação aberta e com espirito de equipa e deste modo criando, adaptando ou corrigindo procedimentos com o objetivo de conduzir a níveis mais elevados de motivação, de satisfação e de produtividade.

Também para a serem atingidos estes níveis mais elevados, é importante o tratamento remuneratório devido, equitativo e atempado de todos os profissionais independente da área profissional e do regime de trabalho (contratual ou de prestação de serviços).

Tendo sido o ano de 2022 um ano de recuperação em todas as áreas de produção, esta foi mantida e foi significativamente aumentada em 2023, como a seguir se demonstra comparativamente com os primeiros 8 anos de gestão do Hospital pela SCMF.

Devido a este incremento de atividade assistencial e à preocupação de melhorar a assistência e tratamento em termos de qualidade e segurança para os doentes e profissionais, viu o HSJF necessidade de realizar investimentos na aquisição e substituição, por se encontrarem obsoletos, de equipamentos médicos para o Bloco Operatório, Internamento e MCDTs, nomeadamente de um vídeo-laringoscópio, de monitores de sinais vitais e de eletrocardiógrafos. Igual investimento se deu na aquisição de equipamento informático que urge manter de forma faseada, com a finalidade de ao

substituir os já considerados obsoletos possam permitir uma melhor operacionalização dos serviços médicos e administrativos. Do mesmo modo, a reestruturação global *do Data Center* da SCMF, projetada para o ano de 2024, irá beneficiar de forma significativa a atual estrutura que se encontra no seu limite de capacidade.

1.3.1 Urgência Básica

Os serviços de Urgência Básica (SUB) são o primeiro nível de acolhimento a situações de urgência, de maior proximidade das populações, e constituem um nível de abordagem e resolução de situações mais simples e mais comuns de urgência.

O seu horário de funcionamento é 24h por dia, 365 dias por ano. Este serviço é complementado pela unidade de imagiologia (24h).

Parte integrante do Acordo de Cooperação e Integrado na rede nacional dos SU como SUB, continua a acreditar-se na importância deste serviço, pois permite ao utente ter uma alternativa aos fluxos desmesurados dos grandes centros hospitalares oferendo um serviço diferenciador de proximidade.

Em 2023, atingiu-se os 28.585 atendimentos. Sabendo-se que o volume contratualizado para esta linha de produção sendo de 17.000 atendimentos, faz com que todos os atendimentos realizados fossem a partir de agosto a "custo zero" o que continua a contribuir fortemente, como nos anos anteriores, para uma instabilidade económico-financeira do Acordo, reforçando a necessidade de revisão do valor global deste numa negociação futura com a ACSS.

O n.º de atendimentos cresceu cerca de 5,5% comparativamente com o período homólogo de 2022. De salientar que do total de 28.585 atendimentos, 94,5% foram no âmbito do Acordo de Cooperação, sendo os restantes 1,9% e 3,5% respeitantes a seguradoras e outros subsistemas ou entidades, respetivamente.

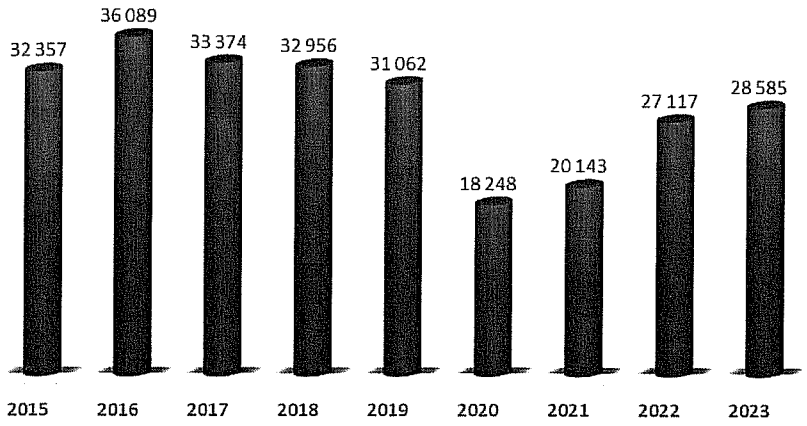


Gráfico 1 – Evolução do n.º atendimentos no SUB

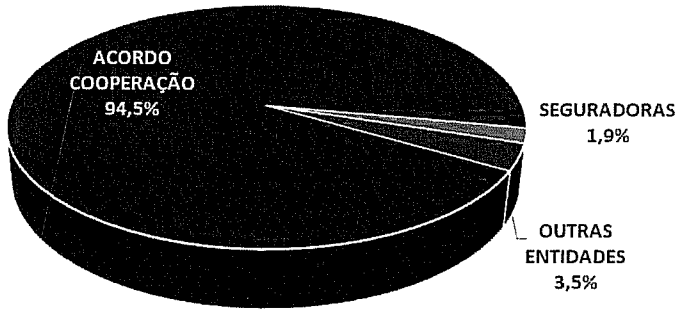


Gráfico 2 - Distribuição por entidades no SUB

No que concerne à Triagem de Manchester, constata-se que a tendência dos anos anteriores se mantem. A grande maioria dos utentes que recorre a este serviço é considerada como pouco urgente, 72,9%, 23,0 % urgente e somente 3,2% é muito urgente e emergente o que é representativo da necessidade de reeducar a população para que os SUB sejam utilizados para urgências efetivas e os cuidados primários utlizados para os episódios menos urgentes.

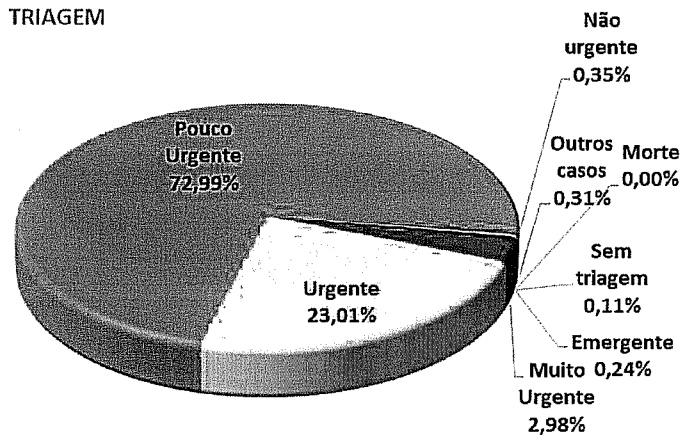


Gráfico 3 – Triagem de Manchester no SUB em 2023

1.3.2 Consulta Externa

O acordo celebrado com a ARS Norte, em 2015, continua a influenciar a produção na consulta externa, sendo 58,1% do movimento total.

O planeamento da consulta é realizado de acordo com procura e considerando a produção cirúrgica que percentualmente origina. Os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) definidos pela Administração Central dos Sistemas de Saúde (ACSS), dificultam a gestão do serviço e exigem um esforço adicional do controlo do movimento para não serem ultrapassados os volumes de produção definidos no Acordo e evitar penalizações contratuais por exceder os TMRG. Com estes objetivos repetiu-se este ano a necessidade de solicitar o encerramento faseado e temporário das referências via ALERT/Consulta a Tempo e Horas (CTH) das consultas de Oftalmologia, Ortopedia, Cirurgia Geral e Urologia e a sua reabertura foi solicitada quando a gestão das Consultas e das Cirurgias assim o exigiu.

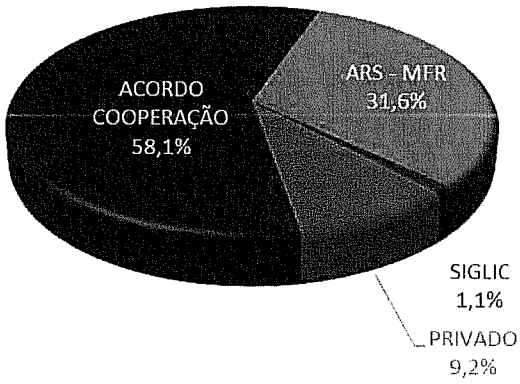


Gráfico 4 - Consultas realizadas por entidades

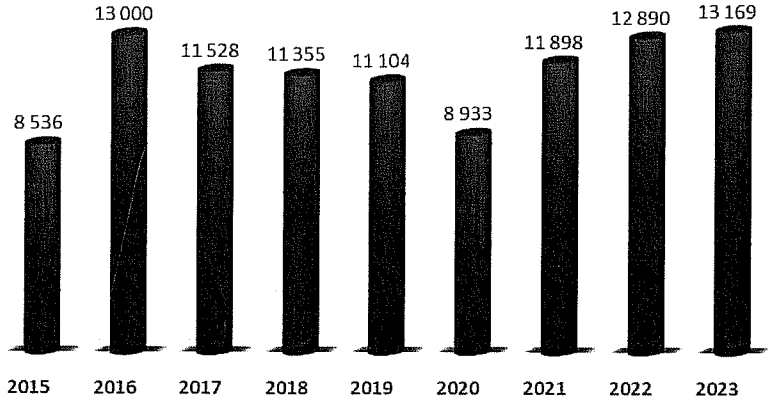


Gráfico 5 - N.º de atendimentos na consulta externa

O movimento assistencial incluiu 13.169 consultas. Das consultas realizadas, 21,4% correspondem à especialidade de oftalmologia, 13,3% de ortopedia e 15,9% de cirurgia geral. Como já tem sido habitual, estas 3 especialidades concentram mais de metade da produção.

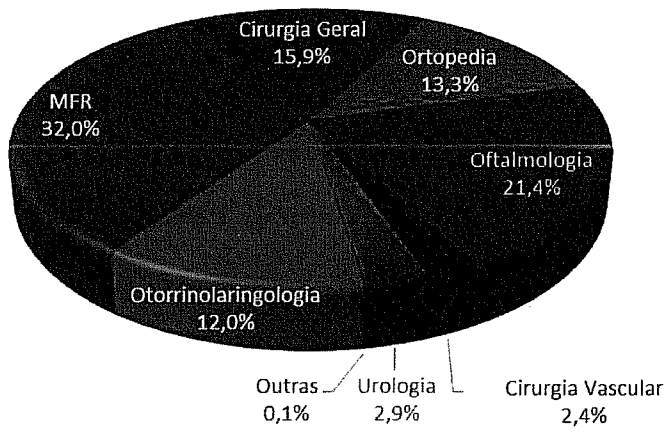


Gráfico 6 - % consultas por especialidade realizadas em 2023

De salientar o crescimento das especialidades de cirurgia vascular, otorrinolaringologia e urologia. A especialidade de cirurgia vascular cresceu 64,7%, otorrinolaringologia cresceu 9,9% e urologia 11%. Estas especialidades foram acrescidas ao Acordo de Cooperação em 2019 e o seu peso relativo na produção tem aumentado todos os anos.

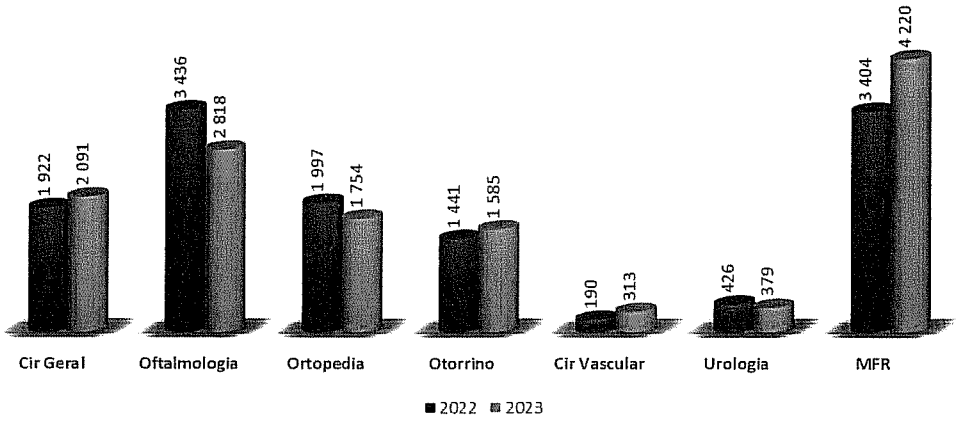


Gráfico 7 – Comparação do n.º consultas realizadas nos anos 2022 e 2023

No âmbito da consulta também foram realizadas 452 pequenas cirurgias, sendo de ponderar uma reestruturação do gabinete onde são prestados estes serviços por forma a

torná-lo mais apelativo e moderno. De referir, que estes procedimentos foram realizados no âmbito da especialidade de cirurgia geral.

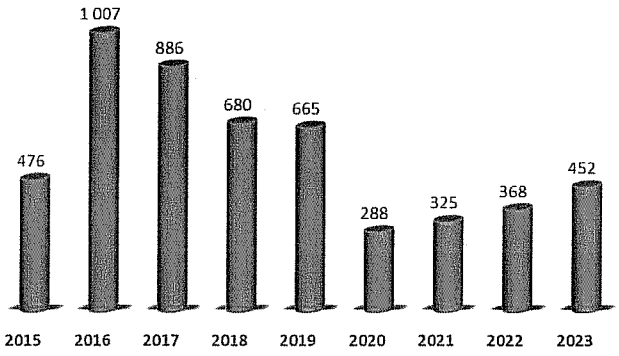


Gráfico 8 – N.º pequenas cirurgias realizadas em 2023

Continua-se a considerar a importância duma diversificação da oferta de mais especialidades (médicas e cirúrgicas) como as de Ginecologia, Pediatria, Dermatologia, Psiquiatria, Psicologia, Nutricionismo, Reumatologia, Neurologia, Pneumologia, Cardiologia, Cirurgia Plástica e Alergologia. Mas para este alargamento necessário, considera-se urgente a reestruturação da área dos gabinetes de consulta tornando-os mais modernos e com mobiliário mais apelativo para os doentes e profissionais.

1.3.3 Cirurgia

Em 2023, continuou-se a manter o esforço suplementar para minimizar a dependência da produção do Acordo de Cooperação. A diminuição do peso das Cirurgias do Acordo no volume total de cirurgias realizadas deve-se particularmente ao acréscimo de cirurgias da especialidade de Oftalmologia ao abrigo do acordo com o Hospital da Senhora da Oliveira de Guimarães (34,3%), com menos percentagem às realizadas no âmbito SIGIC

(2,1%) e de atividade Privada e Seguradoras (3,0%).

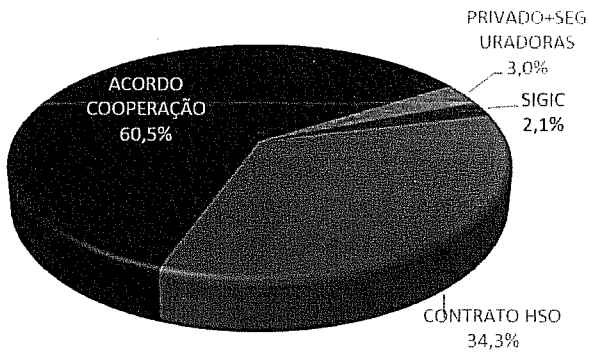


Gráfico 9 – % Cirurgias realizadas por entidade em 2023

De referir que o contrato celebrado com o Hospital Senhora de Oliveira Guimarães permitiu um maior aproveitamento do Bloco Operatório bem como uma melhor rentabilidade dos recursos humanos correspondentes.

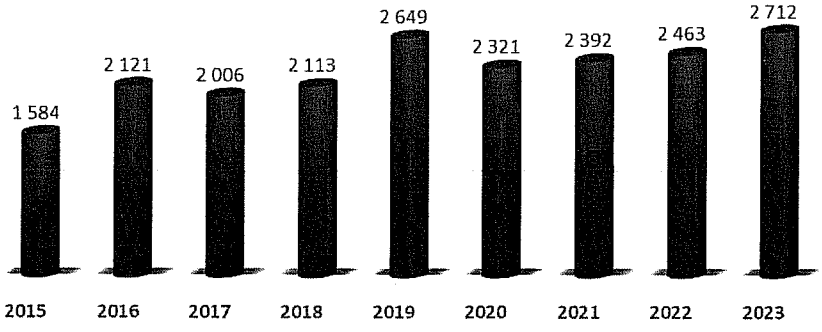


Gráfico 10 – Evolução do n.º cirurgias realizadas

O número de cirurgias realizadas em 2023 foi de 2.712, aumentando 10,1% em relação a 2022. Em termos de peso relativo, a produção cirúrgica por especialidade mantém a tendência dos últimos anos, com as especialidades de oftalmologia, ortopedia e cirurgia geral a perfazer 89,3% do total.

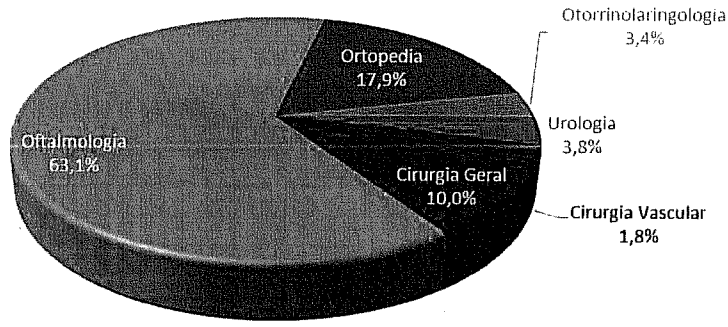


Gráfico 11 – Cirurgias realizadas por especialidade

1.3.4 Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento (MCDT)

1.3.4.1 Medicina Física e de Reabilitação

A operacionalidade da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (MFR) inclui consultas de fisiatria, fisioterapia, terapia da fala, terapia ocupacional, eletroterapia, cinesioterapia respiratória, reabilitação do pavimento pélvico e incontinência, hidroterapia e mesoterapia.

O número de atendimentos realizados incluem 7.624 consultas, 5.709 sessões de terapia da fala, 15.438 sessões de terapia ocupacional. O peso relativo dos tratamentos diários de fisioterapia é de 86,9% do movimento. O aumento de técnicas de terapia da fala e terapia ocupacional refletem a aposta nestas duas valências durante o ano.

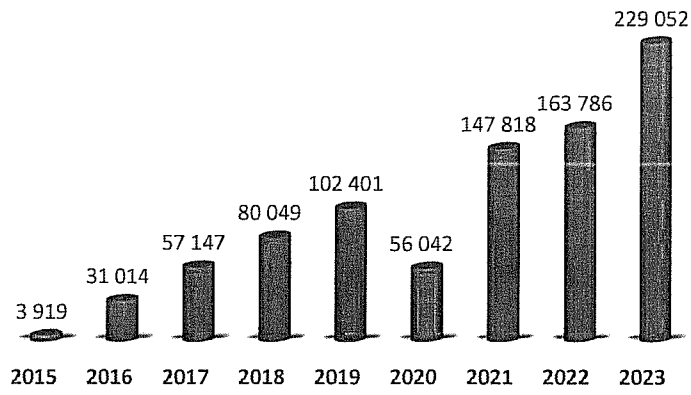


Gráfico 12 – N. de técnicas prescritas

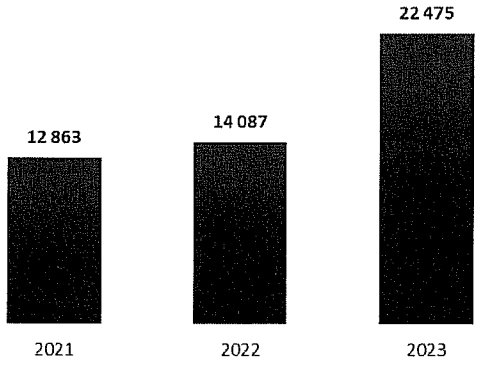


Gráfico 13 – Evolução do n. utentes no serviço

É notório o crescimento do volume diário de doentes tratados nos últimos anos. No entanto, pretendeu-se incrementar a produção com origem nos cuidados primários, melhorar as condições na prestação de serviço na unidade de cuidados continuados, nas camas supletivas do HSO e no internamento privado, assim como nas valências séniores da SCMFafe.

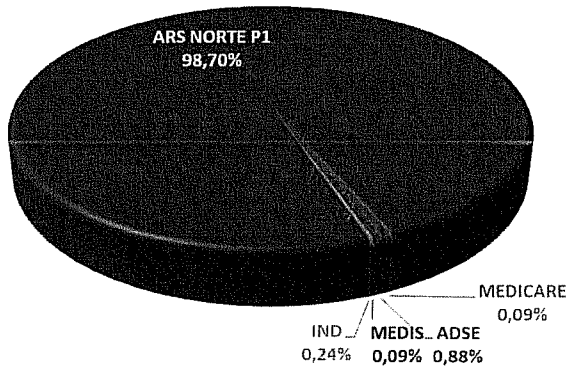


Gráfico 14 - % de tratamentos por entidade

A melhoria das instalações e dos equipamentos tem sido uma constante, mas a falta de espaço registada no ano anterior, fator condicionador com maior relevo para a aceitação de mais utentes, foi parcialmente atenuado com a abertura de uma nova área, já no início do ano de 2023, no exterior do Hospital.

1.3.4.2 Imagiologia/ Eletrocardiografia

Em termos evolutivos, convém salientar que o Serviço de Imagiologia tem tido grandes dificuldades de operacionalidade. Numa primeira fase a produção assistencial era praticamente constituída por raio-X oriundos do serviço de urgência e consulta. Apesar do esforço que tem sido feito na procura de médicos radiologistas para diversificação dos MCDT´s realizados, não tem sido fácil promover este serviço.

Convém referir que os utentes procuram tendencialmente um prestador que possa fornecer um serviço integrado, pelo que o crescimento da imagiologia dará um importante contributo para o incremento das de todos os outros MCDT disponíveis (ECG, EMG, Audiometria) ou a disponibilizar no futuro (Pneumologia/Cardiologia).

A aquisição de uma Tomografia Axial Computorizada (TAC) e uma ampliação das instalações, já prevista em anos anteriores, potenciaria de forma sustentada o crescimento

do serviço.

De salientar o peso financeiro desta unidade para os resultados do hospital. A urgência e o internamento continuam a ter um peso relevante na produção deste serviço.

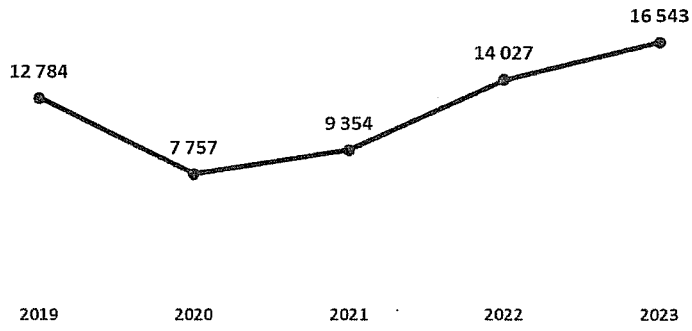


Gráfico 15 – Evolução do número de exames realizados

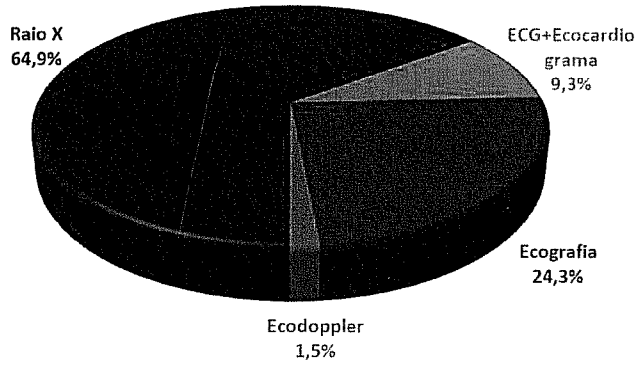


Gráfico 16 - % exames realizados em 2023

Já no que respeita aos exames eletrocardiográficos, o seu volume reporta-se na sua grande maioria a exames solicitados pela Consulta Externa como estudos pré-operatórios, sendo residual o número de exames realizados provenientes de solicitações privadas, sabendo-se não haver convenção com o SNS para este MCDT.

1.3.4.3 Patologia Clínica

O movimento assistencial deste serviço tem por base o acordo celebrado com a Unilabs, a qual tem a coordenação técnica. Tendo existido ao longo dos anos um esforço para incrementar este serviço, considera-se que o mesmo está aquém daquilo que será o seu objetivo estratégico. Consideramos que o maior obstáculo para este crescimento tem sido a pouca publicidade e em grande medida a habituação dos utentes na preferência por outros prestadores locais com quem já tem histórico e que desconhecem que a base de dados é a mesma.

No ano de 2023, as dificuldades adensaram-se, possivelmente reflexo do aumento de número de postos de colheita na nossa área bem como da diminuição da prescrição pelos Cuidados de Saúde Primários.

No entanto, a queda tão acentuada da produção deve-se à inexistência de realização de testes SARS-CoV2 em 2023. De salientar que no ano de 2022 estes testes corresponderam a 43% dos atos realizados.

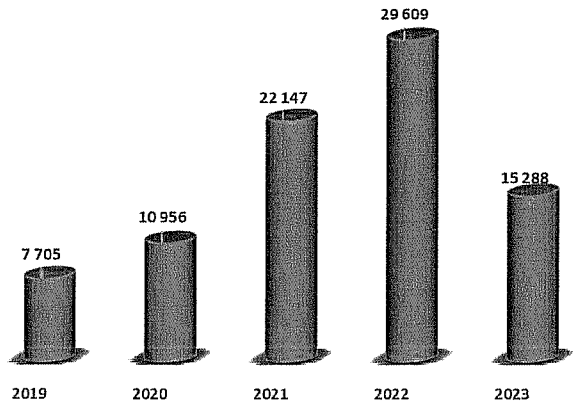


Gráfico 17 – N.º de análises clínicas efetuadas, dados da Unilabs

1.3.4.4 Unidade de Endoscopia Digestiva

No final do primeiro trimestre de 2021 foi denunciado o contrato que tinha iniciado em 2016 com a SHS e efetivada a candidatura à convenção nesta área que foi concretizada em finais do ano de 2022.

Com a celebração de um acordo com o Professor Dr. José Cotter em outubro de 2022, foi reiniciada a atividade desta Unidade verificando-se um acréscimo de 300% de produção em 2023 quando comparada com a produção média dos anos anteriores.

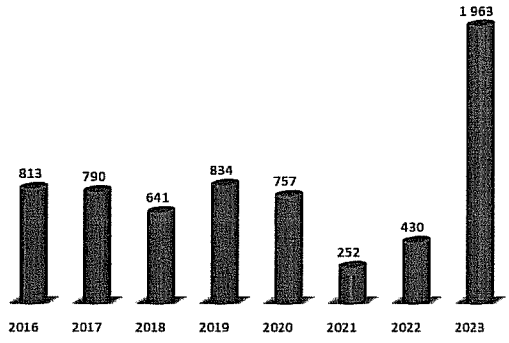


Gráfico 18 –N.º exames realizados na UED

1.3.4.5 Audiometria

Com a recente contratualização com uma empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções auditivas, WIDEX, deu-se início no decorrer do ano 2023 a uma atividade de consultas e testes de audiometria aos nossos doentes que recorrem à consulta de ORL bem como a pedidos externos, totalizando globalmente 242 exames, ao longo de 6 meses de atividade.

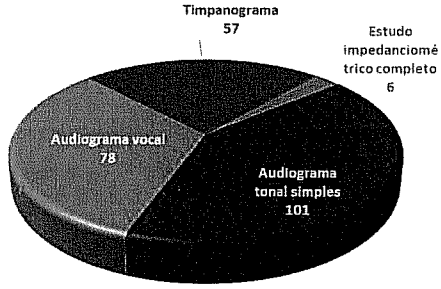


Gráfico 19 –N.º exames realizados na área de audiometria

1.3.5 Unidade de Convalescença

A diminuição da mortalidade e da natalidade tem-se traduzido, em Portugal, no progressivo envelhecimento da população. Paralelamente, o aumento da esperança média de vida revela a melhoria do nível de saúde por um lado, mas também o aumento da prevalência de pessoas com doenças crónicas incapacitantes. Face a esta realidade, emergem novas necessidades de saúde e sociais. A criação, pelo Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho, da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI), veio contribuir para a satisfação dessas necessidades, estando os Cuidados Continuados Integrados centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra. A RNCCI assume-se, assim, como um novo padrão organizacional resultando numa resposta integrada da saúde assumindo a reabilitação, readaptação e reintegração como objetivos de intervenção

A RNCCI é o resultado de uma parceria entre o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Saúde. A origem dos utentes, que podem aceder às tipologias de respostas da RNCCI, vem do Serviço Nacional de Saúde, pela referenciação dos Serviços Hospitalares ou dos Cuidados de Saúde Primários. Os critérios da seleção dos utentes a integrarem a Rede estão definidos pelo artigo 31º, do já referido Decreto de Lei nº 101/2006 de 6 de Junho, e circunscrevem os utentes que se encontrem num dos seguintes estados: dependência funcional transitória decorrente de processo de Convalescença ou outro, dependência funcional prolongada, idosos com critérios de fragilidade, incapacidade grave, com forte impacto psicossocial, doença severa ou crónica em fase avançada ou terminal.

O Hospital S. José de Fafe agrega a Tipologia de Convalescença, denominada de

Unidade de Convalescença, com capacidade para 27 camas e localizada no piso 1. É uma unidade de internamento até 30 dias, dirigida a pessoas que já não necessitam de cuidados hospitalares de agudos, mas que devido a uma situação de doença súbita, recorrência ou descompensação do processo crónico, requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio. A equipa multidisciplinar, que a compõe, cumpre as orientações da Portaria nº 50/2017 de 2 de fevereiro, Portaria que procede à segunda alteração à Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, alterada pela Portaria n.º 289-A/2015, de 17 de setembro. Constitui-se de equipa médica que incluí o Diretor Técnico e fisiatra, equipa de enfermagem (incluindo coordenador e enfermeiro de reabilitação), pessoal auxiliar, assistente social, psicóloga, fisioterapeutas, terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, nutricionista, animadora sociocultural.

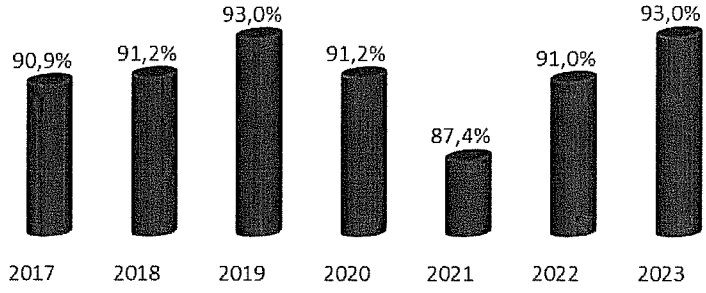


Gráfico 20 – Evolução da taxa ocupação da unidade

A taxa de ocupação, em 2023, foi de 93%, igualando valores de 2019 e revelando um regresso à "normalidade" pós período pandémico. Este valor também reflete a importância que a RNCCI assume na continuidade de cuidados, bem como um meio para "alívio" das camas hospitalares. Esta realidade traduz-se nos dados apresentados no próximo gráfico, sobre a proveniência dos utentes. Os valores apresentados mantêm as

anteriores tendências, sendo que a percentagem de doentes admitidos na Unidade de Convalescença são maioritariamente (97%) provenientes de hospitais do SNS e os restantes (3%) referenciados pelos Cuidados de Saúde Primários.

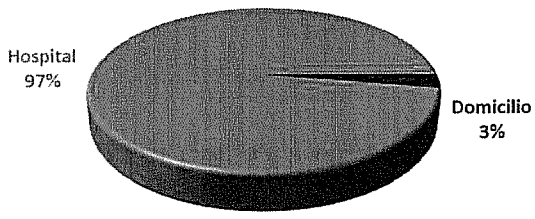


Gráfico 21 – Proveniência dos utentes

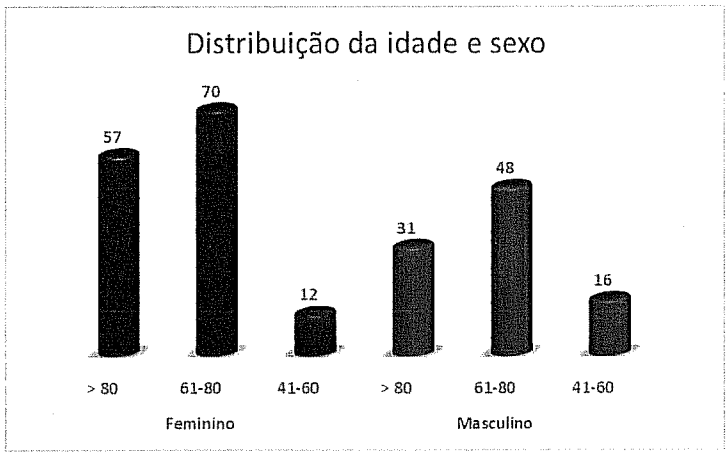


Gráfico 22 – Idade e sexo dos utentes da UCV

Os grupos mais referenciados para a nossa UCV, são as mulheres e a faixa etária compreendida entre os 61-80 anos.

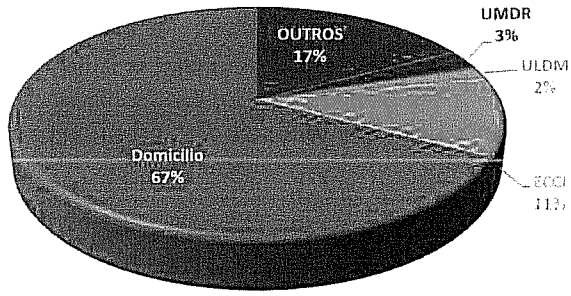


Gráfico 23 – Destino dos utentes

O domicílio continua a ser o destino, pós-alta, de maior relevo, no entanto com uma redução significativa face aos dados do ano transato, tendo passado de 93% para 67%. A estes 67% poderemos acrescentar os 11% de utentes que tiveram alta com apoio da Equipa Cuidados Continuados Integrados (ECCI), sendo esta considerada como outra resposta da RNCCI. A esta vertente de respostas às necessidades dos utentes, as Unidades Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM), também tiveram um aumento significativo. Na percentagem "outros" estão incluídos por exemplo, utentes agudizados, que não regressaram à unidade e utentes com alta para ERPIs.

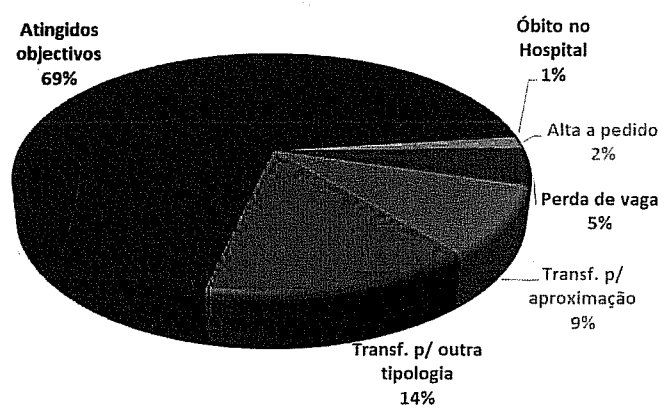


Gráfico 24 – Motivo da alta

Na maioria das altas, os utentes atingiram os objetivos traçados e explanados no Plano Individual de intervenção (PII) de cada um. Estes resultados são o fruto do empenho e trabalho da equipa multidisciplinar da unidade, que todos os dias promovem a autonomia do utente, traduzindo-se em notórios ganhos em saúde.

1.3.6 Unidade de Internamento Privado

Este serviço é essencialmente procurado por doentes que tiveram um episódio agudo, ou que foram intervencionados e que pretendem continuar a sua recuperação em contexto hospitalar, ou pretendem ingressar na Rede Nacional de Cuidados Continuados e/ou não detêm no seu domicílio condições de hotelaria e de retaguarda familiar que promovam a recuperação.

É uma unidade que tem vindo a ter maior visibilidade em contexto do descanso do cuidador, e por isso urge melhorar as condições físicas do internamento, tornando-o mais apelativo e confortável. De salientar que em 2020 e 2021 existiu uma redução de internamentos consequência da pandemia COVID-19.

	2019	2020	2021	2022	2023
Quartos particulares	7	3	2	10	9

Tabela 1 – Nº utentes na unidade de internamento privado

1.3.7 Unidade de Camas Supletivas

Esta Unidade viu renovada em agosto de 2023 com o Hospital da Senhora da Oliveira a adjudicação de 10 Camas Supletivas, destinadas a doentes com alta clínica a aguardar referência para a RNCCI.

Está previsto um alargamento do acordo para mais 14 camas destinadas a doentes sem alta clínica a não necessitar de cuidados médicos especiais, mas sem estado final de

tratamento médico. É expectável que que no início de 2024 se concretize a disponibilidade da totalidade das camas bem como o apoio de Assistente Hospitalar de Medicina Interna do HSO para assistência aos doentes sem alta clínica.

O número de diárias alcançado foi de 1326 correspondente a 56 utentes.

1.3.8 Comissão de Qualidade e Segurança

Constituída por uma direção colegial de que faz parte um médico de Medicina Interna como coordenador, os Diretores Clínico e de Enfermagem, um Médico do Serviço de Internamento, uma Farmacêutica, uma Assistente Social, um Assistente Técnico e um Operacional, tendo sido por ela elaborado e aprovado pelo Órgão de Gestão o seu Regulamento Interno, deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo do ano anterior.

No seu plano de trabalho para o ano 2023, aprovou e concretizou:

- Vigilância epidemiológica das infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS) e gastos de antimicrobianos;

- Vigilância e controlo da qualidade das águas, analisando e arquivando os relatórios mensais deste controlo, competindo-lhe alertar os responsáveis visados sempre que haja necessidades de medidas de correção;

- Controlo e prevenção da infeção por MRSA na Unidade de Convalescença (UCV);

- No âmbito da UL-PPCIRA avaliar a execução dos procedimentos básicos de prevenção de infeções associadas aos cuidados de saúde (PIACS) dando especial atenção à Higienização das mãos e uso de luvas;

- Controlo mensal do uso de antimicrobianos na UCV;

- Elaboração de um estudo retrospetivo de ITU na UCV realizando uma atualização da norma de utilização de cateter vesical;

- No âmbito da formação realizou ações sobre Higienização das mãos, Tratamento de resíduos, Higienização do Ambiente e Relações Interpessoais, todas elas com uma percentagem significativa de participação dos colaboradores do HSJF;

- Elaboração de cartaz sobre Direitos e deveres do utente;

- Criação de logotipo para identificação da CQS aprovado pelo Órgão de Gestão do HSJF;

- Participação de 3 elementos do HSJ numa formação sobre higienização das mãos realizada em março na ARSN e de 4 elementos no Simpósio sobre IACS organizado pela UR-PPCIRA realizado no Hospital Magalhães Lemos.

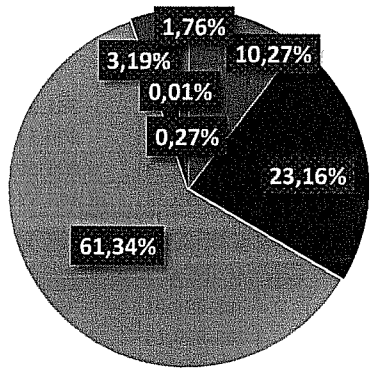
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 2023

Síntese de Gastos e Rendimentos

Gastos	2023	2022
61-Custo Merc. Vend.Matérias Consumidas	1 323 191,23	1 205 898,13
62-Fornecimentos e Serviços Externos	2 985 463,71	3 272 265,59
63-Gastos com o Pessoal	7 905 622,53	7 248 345,78
64-Gastos de depreciação e de Amortização	411 418,87	371 441,99
67-Provisões Aumentos/Diminuição	34 625,08	47 177,76
68-Outros Gastos e Perdas	226 482,01	424 322,13
69-Gastos e Perdas de financiamento	1018,24	1377,64
Total	**12 887 821,67**	**12 570 829,02**

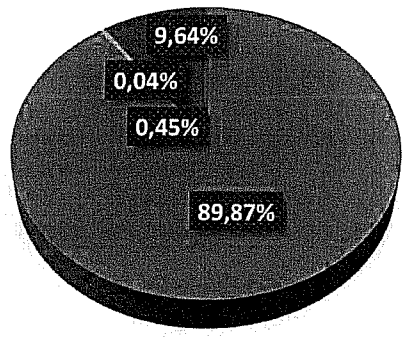
Gastos



- 61-Custo Mer. Vend.Matérias Consumidas - 10,27%
- 62-Fornecimentos e Serviços Externos - 23,16%
- 63-Gastos com o Pessoal - 61,34%
- 64-Gastos de depreciação e de Amortização - 3,19%
- 67-Provisão Aumento/Diminuição - 0,27%
- 68-Outros Gastos - 1,76%
- 69-Gasto e Perdas de financiamento- 0,01%

Rendimentos	2023	2022
72-Prestações de Serviços	12 302 811,11	11 236 435,51
74-Trabalhos para a própria empresa	5 615,00	2 479,17
75-Subsídios,doações e legados à expl.	61 118,15	100 989,25
78-Outros Rendimentos e ganhos	1 319 387,29	484 538,00
79-Juros dividendos e rendimentos similares		
Total	**13 688 931,55**	**11 824 441,93**

Rendimentos



- 72-Prestações de Serviços-89,87%
- 74-Trabalhos para a própria empresa - 0,04%
- 75-Subsídios,doações e legados à expl. - 0,45%
- 78-Outros Rendimentos - 9,64%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	9.725.917,63	9.812.472,49
Bens do património histórico e cultural	5	50.664,99	50.664,99
Investimentos financeiros	6	93.970,29	79.497,87
Subtotal		9.870.552,91	9.942.635,35
Ativo corrente			
Inventários	7	508.003,39	375.074,82
Créditos a receber	8	1.013.696,76	1.028.886,21
Estado e outros entes públicos	9	8.076,56	21.688,51
Diferimentos	10	25.462,13	4.426,06
Outros ativos correntes	11	841.695,11	761.296,00
Caixa e depósitos bancários	12	1.117.362,63	809.527,88
Subtotal		3.514.296,58	3.000.899,48
Total do Ativo		**13.384.849,49**	**12.943.534,83**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	68.794,61	68.794,61
Reservas	13	2.263.373,13	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	14	3.225.138,03	3.355.513,22
Resultados transitados	13	706.575,71	1.322.587,61
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15	2.970.609,29	2.986.732,48
Resultado líquido do período		801.109,88	(746.387,09)
Total dos fundos patrimoniais		**10.035.600,65**	**9.250.613,96**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	117.076,14	82.451,06
Financiamentos obtidos	17	-	4.066,02
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		117.076,14	86.517,08
Passivo corrente			
Fornecedores	18	582.201,45	861.961,12
Estado e outros entes públicos	9	235.055,83	211.065,25
Financiamentos obtidos	17	4.277,18	6.958,20
Irmãos/membros	19	2.572,00	2.133,00
Diferimentos	10	-	74.852,90
Outros passivos correntes	20	2.408.066,24	2.449.433,32
Subtotal		3.232.172,70	3.606.403,79
Total do passivo		**3.349.248,84**	**3.692.920,87**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**13.384.849,49**	**12.943.534,83**

Fafe, 4 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2023	2022
Vendas e serviços prestados	21	12 302 811,11	11 236 435,51
Subsídios, doações e legados à exploração	22	61 118,15	100 989,25
Trabalhos para a própria entidade	23	5 615,00	2 479,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(1 323 191,23)	(1 205 898,13)
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 985 463,71)	(3 272 265,59)
Gastos com o pessoal	25	(7 905 622,53)	(7 248 345,78)
Provisões (aumentos/reduções)	16	(34 625,08)	(47 177,76)
Outros rendimentos	26	1 319 387,29	484 538,00
Outros gastos	27	(226 482,01)	(424 322,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 213 546,99	(373 567,46)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(411 418,87)	(371 441,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		802 128,12	(745 009,45)
Juros e gastos similares suportados	28	(1 018,24)	(1 377,64)
Resultados antes de impostos		801 109,88	(746 387,09)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**801 109,88**	**(746 387,09)**

Fafe, 4 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	68.794,61	2.263.373,13	1.322.587,61	3.355.513,22	2.986.732,48	(746.387,09)	9.250.613,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização dos excedentes de revalorização	14	-	-	-	(130.375,19)	-		(130.375,19)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13, 15	-	-	(616.011,90)	-	(16.123,19)	746.387,09	114.252,00
	7	-	-	(616.011,90)	(130.375,19)	(16.123,19)	746.387,09	(16.123,19)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						801.109,88	801.109,88
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						801.109,88	801.109,88
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	10	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6+7+8+10	68.794,61	2.263.373,13	706.575,71	3.225.138,03	2.970.609,29	801.109,88	10.035.600,65

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	68.794,61	2.263.373,13	1.590.461,16	3.485.888,41	2.967.370,76	(398.248,74)	9.977.639,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização dos excedentes de revalorização	14	-	-	-	(130.375,19)	-		(130.375,19)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13, 15	-	-	(267.873,55)	-	19.361,72	398.248,74	149.736,91
	2	-	-	(267.873,55)	(130.375,19)	19.361,72	398.248,74	19.361,72
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						(746.387,09)	(746.387,09)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(746.387,09)	(746.387,09)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	5	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6=1+2+3+5	68.794,61	2.263.373,13	1.322.587,61	3.355.513,22	2.986.732,48	(746.387,09)	9.250.613,96

Fafe, 4 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2023	2022
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		11 703 334,92	10 089 367,94
Pagamento a fornecedores		(4 721 343,18)	(3 283 317,22)
Pagamentos ao pessoal		(7 807 344,01)	(7 096 993,54)
Caixa gerada pelas operações		(825 352,27)	(290 942,82)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		764 699,69	807 143,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(60 652,58)	516 200,86
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(324 864,01)	(348 341,22)
Investimentos financeiros	6	(21 087,84)	(18 570,17)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		715 589,04	-
Investimentos financeiros		6 615,42	3 055,84
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		376 252,61	(363 855,55)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6 747,04)	(6 676,76)
Juros e gastos similares	28	(1 018,24)	(1 377,64)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(7 765,28)	(8 054,40)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**307 834,75**	**144 290,91**
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	809 527,88	665 236,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	**1 117 362,63**	**809 527,88**

Fafe, 4 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II, com sede em Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe. Tem como atividade prestação de serviços de apoio social a Infância, Juventude e Terceira Idade, com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

A Mesa Administrativa procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa Administrativa concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime de acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "*Outros ativos correntes*", "*Outros passivos correntes*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e

mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Nessa medida, a alteração de política contabilística referida ponto "Subsídios e outros apoios

de Entidades Públicas" levou à reexpressão dos comparativos da Nota 18 "Vendas e serviços prestados" e da Nota 19 "Subsídios, doações e legados à exploração" e respetivos comparativos de forma a manter a comparabilidade entre períodos na informação apresentada.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "*Ativos fixos tangíveis*" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As designadas propriedades de investimento (edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são reconhecidas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de possibilitarem atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3. Inventários

Os "*Inventários*" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido

de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

A Entidade utiliza o modelo do custo na mensuração de outros investimentos financeiros, nomeadamente a participação em outras entidades e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades ou fundos com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, os investimentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

Irmãos/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "*Créditos a receber*" e as "*Outros ativos correntes*" encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são reconhecidos pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de Entidade públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em

resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta "593 – Subsídios", sendo imputados a rendimentos do período na proporção das depreciações dos ativos subsidiados, efetuadas em cada período. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a reconhecer na rubrica de "ajustamentos em subsídios", por crédito de uma sub-rubrica de "outros devedores e credores"). Assim, em cada um dos períodos em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

No caso de subsídios relacionados com ativos não depreciáveis, estes são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "financiamentos obtidos".

Com base no Parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitido em 2023, FAQ 39, reportado à contabilização das comparticipações financeiras resultantes de acordo de cooperação celebrados entre as Entidades do setor não lucrativo e o Estado, em 2023 houve alteração da respetiva política contabilística:

Quando a comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida elo utente, é a mesma contabilizada como prestação de serviços.

Se a comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequência dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar custos de financiamento, é a mesma contabilizada como subsídio à exploração.

Tal como referido no ponto da "Informação vinculativa", a alteração de política contabilística levou à reexpressão dos comparativos das Notas 21 "Vendas e serviços prestados" e 22 "Subsídios, doações e legados à exploração" e respetivos comparativos.

3.2.10. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Aquisições / Aumentos	Transferências	Saldo em 31-12-2023
Custo				
Terrenos e recursos naturais	34.894,67	-	-	34.894,67
Edifícios e outras construções	15.418.532,58	-	478.617,08	15.897.149,66
Equipamento básico	2.025.664,05	61.913,97	-	2.087.578,02
Equipamento de transporte	441.038,09	85.788,02	-	526.826,11
Equipamento administrativo	572.366,35	53.150,11	-	625.516,46
Outros ativos fixos tangíveis	311.905,99	33.939,18	-	345.845,17
Investimentos em curso	639.158,82	90.072,73	(478.617,08)	250.614,47
Total	**19.443.560,55**	**324.864,01**	-	**19.768.424,56**
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	6.431.079,01	297.738,56	-	6.728.817,57
Equipamento básico	1.871.704,27	51.500,05	-	1.923.204,32
Equipamento de transporte	427.965,57	27.630,61	-	455.596,18
Equipamento administrativo	547.631,03	20.680,24	-	568.311,27
Outros ativos fixos tangíveis	352.708,18	13.869,41	-	366.577,59
Total	**9.631.088,06**	**411.418,87**	-	**10.042.506,93**
			Quantia escriturada	**9.725.917,63**

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-12-2022
Custo			
Terrenos e recursos naturais	34.894,67	-	34.894,67
Edifícios e outras construções	15.418.532,58	-	15.418.532,58
Equipamento básico	1.982.147,08	43.516,97	2.025.664,05
Equipamento de transporte	441.038,09	-	441.038,09
Equipamento administrativo	558.507,63	13.858,72	572.366,35
Outros ativos fixos tangíveis	304.122,82	7.783,17	311.905,99
Investimentos em curso	355.976,46	283.182,36	639.158,82
Total	**19.095.219,33**	**348.341,22**	**19.443.560,55**
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	6.142.771,88	288.307,13	6.431.079,01
Equipamento básico	1.826.610,00	45.094,27	1.871.704,27
Equipamento de transporte	417.492,57	10.473,00	427.965,57
Equipamento administrativo	532.185,05	15.445,98	547.631,03
Outros ativos fixos tangíveis	340.586,57	12.121,61	352.708,18
Total	**9.259.646,07**	**371.441,99**	**9.631.088,06**
		Quantia escriturada	**9.812.472,49**

Todos os ativos fixos tangíveis estão afetos às atividades da Entidade.

5. Bens do património histórico e cultural

Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos "*Bens do património, histórico, artístico e cultural*":

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Saldo em 31-12-2023
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	50.664,99	50.664,99

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Saldo em 31-12-2022
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	50.664,99	50.664,99

Nos termos da NCRF-ESNL os estes bens são património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, que apresentam como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, sendo que não são objeto de depreciação.

6. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2023
Fundo de Compensação	77.803,68	21.087,84	(6.615,42)	92.276,10
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1.694,19	-	-	1.694,19
Total	79.497,87	21.087,84	(6.615,42)	93.970,29

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundo de Compensação	62.289,35	18.570,17	(3.055,84)	77.803,68
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1.694,19	-		1.694,19
Total	63.983,54	18.570,17	(3.055,84)	79.497,87

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

A entidade empregadora é responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de

trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague a aquele valor. Este regime visa dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito. A garantia que este novo regime assegura não poderá ser acionada caso o empregador pague ao trabalhador um valor maior ou igual a 50% da compensação a que este tenha direito.

As entregas a efetuar pelas entidades empregadoras ao FCT correspondem a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido. No entanto, na Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, suspendeu os fundos de compensação desde abril de 2023.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2023	Compras	Inventário em 31-12-2023	CMVMC em 2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	375.074,82	1.456.119,80	508.003,39	1.323.191,23
Total	375.074,82	1.456.119,80	508.003,39	1.323.191,23

Descrição	Inventário em 01-01-2022	Compras	Inventário em 31-12-2022	CMVMC em 2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	353.714,56	1.227.258,39	375.074,82	1.205.898,13
Total	353.714,56	1.227.258,39	375.074,82	1.205.898,13

8. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "*Créditos a receber*" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Clientes e Utentes c/c	**1.013.696,76**	**1.028.886,21**
Clientes	968.499,61	988.379,37
Utentes	45.197,15	40.506,84
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	1.013.696,76	1.028.886,21

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.076,56	21.688,51
Total	8.076,56	21.688,51
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	50.151,47	47.018,04
Segurança Social, ADSE e CGA	184.904,36	164.047,21
Total	235.055,83	211.065,25

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	25.462,13	4.426,06
Total	25.462,13	4.426,06
Rendimentos a reconhecer		
ISS.IP	-	74.852,90
Total	-	74.852,90

11. Outros ativos correntes

A rubrica "*Outros ativos correntes*" apresentava, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Devedores por acréscimos de rendimentos	642.170,55	470.333,56
Acordo de Cooperação	346.431,89	346.408,68
Sigic	-	58.654,52
Convenções	-	19.756,20
ISS.IP	27.504,91	11.555,72
Entidades devedores por subsídios	7.812,68	6.367,98
IEFP	1.975,05	530,35
POPH nº070780/2012/23	5.837,63	5.837,63
Outros devedores	191.711,88	284.594,46
Perdas por Imparidade	-	-
Total	841.695,11	761.296,00

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	11.438,42	14.030,88
Depósitos à ordem	1.105.924,21	795.497,00
Total	1.117.362,63	809.527,88

13. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-12-2023
Fundos	68.794,61	-	68.794,61
Reservas	2.263.373,13	-	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	3.355.513,22	(130.375,19)	3.225.138,03
Resultados transitados	1.322.587,61	(616.011,90)	706.575,71
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2.986.732,48	(16.123,19)	2.970.609,29
Resultado líquido do período	(746.387,09)	1.547.496,97	801.109,88
Total	9.250.613,96	784.986,69	10.035.600,65

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Saldo em 31-12-2022
Fundos	68.794,61	-	68.794,61
Reservas	2.263.373,13	-	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	3.485.888,41	(130.375,19)	3.355.513,22
Resultados transitados	1.590.461,16	(267.873,55)	1.322.587,61
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2.967.370,76	19.361,72	2.986.732,48
Resultado líquido do período	(398.248,74)	(348.138,35)	(746.387,09)
Total	9.977.639,33	(727.025,37)	9.250.613,96

14. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os "*Excedentes de revalorização*" estavam decompostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Diminuições	Saldo em 31-12-2023
Hospital	2.499.466,28	(96.133,32)	2.403.332,96
Prédio Rua Dr. Máximo Matos	75.717,53	(3.028,70)	72.688,83
Lar 1	565.107,45	(22.604,30)	542.503,15
Lar 2	89.198,78	(3.567,95)	85.630,83
Lar 4	93.152,60	(3.726,11)	89.426,49
Infantário 2	32.870,58	(1.314,81)	31.555,77
Total	3.355.513,22	(130.375,19)	3.225.138,03

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Hospital	2.595.599,60	(96.133,32)	2.499.466,28
Prédio Rua Dr. Máximo Matos	78.746,23	(3.028,70)	75.717,53
Lar 1	587.711,75	(22.604,30)	565.107,45
Lar 2	92.766,73	(3.567,95)	89.198,78
Lar 4	96.878,71	(3.726,11)	93.152,60
Infantário 2	34.185,39	(1.314,81)	32.870,58
Total	3.485.888,41	(130.375,19)	3.355.513,22

15. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2023
Subsídios ao investimento	2.338.383,84	93.657,91	(109.781,10)	2.322.260,65
Doações	648.348,64	-	-	648.348,64
Total	2.986.732,48	93.657,91	(109.781,10)	2.970.609,29

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Subsídios ao investimento	2.319.022,12	95.000,00	(75.638,28)	2.338.383,84
Doações	648.348,64	-	-	648.348,64
Total	2.967.370,76	95.000,00	(75.638,28)	2.986.732,48

16. Provisões

Os movimentos ocorridos nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

Descrição	31-12-2022	Aumentos	Diminuições	31-12-2023
Processos judiciais em curso	82.451,06	34.625,08	-	117.076,14
Total	82.451,06	34.625,08	-	117.076,14

De acordo com o pressuposto da prudência a Entidade reconheceu em 2023 duas provisões relativas aos processos comuns 5888/23.4T8GMR (25.000 euros) e 4616/23.9T8GMR

(6.649,8 euros), que se estimam que os desfechos venham a ser desfavoráveis. Foram ainda ajustadas, em 2.975,28 euros, os valores da provisões previamente reconhecidas.

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2023			31-12-2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Locações Financeiras	-	4.277,18	**4.277,18**	4.066,02	6.958,20	**11.024,22**
Total	**-**	**4.277,18**	**4.277,18**	**4.066,02**	**6.958,20**	**11.024,22**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
	Capital	Capital
Até um ano	4.277,18	6.958,20
De dois a cinco anos	-	4.066,02
Total	**4.277,18**	**11.024,22**

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	582.201,45	861.961,12
Total	**582.201,45**	**861.961,12**

19. Irmãos/membros

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
	Corrente	Corrente
Passivo		
Irmãos	2.572,00	2.133,00
Total	**2.572,00**	**2.133,00**

20. Outros passivos correntes

A rubrica de "*Outros passivos correntes*" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	17.355,80	1.436,40
Credores por acréscimos de gastos	1.142.070,26	1.179.714,47
Remunerações a Liquidar	1.101.046,66	1.086.043,12
Eletricidade e gás	39.332,38	69.463,03
Outros gastos FSE	1.691,22	24.208,32
Outros credores	593.822,47	593.224,70
Honorários	654.817,71	675.057,75
Total	**2.408.066,24**	**2.449.433,32**

21. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2023 e de 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "*Serviços Prestados*":

Descrição	2023	2022
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	12 299 895,11	11 235 059,51
Infância e juventude	1 282 355,43	1 205 305,63
Familia e comunidade	738 541,93	696 943,88
Terceira idade	3 950 931,44	3 654 229,52
Área da saúde	6 328 066,31	5 678 580,48
Quotas e Jóias	2 916,00	1 376,00
Total	12 302 811,11	11 236 435,51

Conforme referido na Nota 3 (ponto 3.1.6. Informação comparativa), devido à FAQ 39 da CNC a partir de 2023 a Entidade passou a reconhecer as verbas provenientes dos Acordos de Cooperação atribuídas como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), como uma prestação de serviços, pelo que foi necessário proceder à reexpressão do comparativo (2022) nesta rubrica e na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" (Nota 22).

22. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de *"Subsídios, doações e legados à exploração"*:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	47 178,28	73 661,25
ISS, IP	17 604,54	13 754,48
IEFP	29 573,74	59 906,77
Município de Fafe	220,00	-
Doações e heranças	13 719,87	-
IAPMEI - RMMG	-	27 328,00
Total	61 118,15	100 989,25

23. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria Entidade são relativos aos ganhos/produção do setor agrícola.

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados (*)	2.230.540,44	1.985.420,06
Trabalhos especializados	1.338.813,01	1.126.195,32
Honorários	766.595,28	766.842,14
Conservação e reparação	112.346,23	81.628,85
Materiais	41.847,92	21.888,35
Energia e fluidos	532.935,70	1.026.843,23
Deslocações, estadas e transportes	1.565,24	5.704,70
Serviços diversos (*)	178.574,41	232.409,25
Encargos com utentes	64.718,78	88.554,78
Comunicação	31.578,64	33.005,09
Seguros	18.134,54	27.209,54
Total	2.985.463,71	3.272.265,59

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

25. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e de 2022, foram, respetivamente de 5 elementos. De um período para outro não se verificou nenhuma saída. Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 465 e em 31/12/2022 foi de 450.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	6.503.772,67	5.909.172,45
Encargos sobre as remunerações	1.337.576,20	1.211.493,42
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	55.321,12	64.487,75
Outros gastos com o pessoal	6.164,28	31.497,02
Total	7.905.622,53	7.248.345,78

26. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	53.221,90	46.735,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.518,79	1.649,25
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	977.793,84	249.459,39
Outros rendimentos	286.852,76	182.114,34
Imputação subsídio investimento	109.781,10	75.638,28
Donativos	101.193,25	35.174,49
Acertos SIGIC	75.878,41	71.301,57
Total	1.319.387,29	484.538,00

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

27. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	5.051,80	3.760,36
Perdas em inventários	2.413,32	6.880,83
Outros gastos (*)	218.917,33	413.680,94
Acertos taxas moderadoras	117.208,35	174.520,25
Correcções relativas a períodos anteriores	33.602,46	42.583,14
Acertos SIGIC	27.144,01	184.685,83
Total	226.482,01	424.322,13

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

28. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.018,24	1.377,64
Total	1.018,24	1.377,64
Resultados financeiros	(1.018,24)	(1.377,64)

29. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2023 e 2022, foram de 5.000€ (IVA excluído) em cada um dos períodos, referentes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

30. Impacto dos conflitos armados nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia e o recente conflito Israelo-Palestiniano os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de um ano e meio, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do euro. Até o momento, não se vislumbram perspetivas de resolução deste prolongado conflito. Mais recentemente, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel

e a Palestina e resultando num conflito militar entre essas nações. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2023, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

31. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 4 de março de 2024.

Fafe, 4 de março de 2024

A Mesa Administrativa,

A Contabilista Certificada, n.º 5.725

O Presente Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2023 foi aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, a 5 de Abril de 2024.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)